

SE ESSA CIDADE FOSSE MINHA:

Uma cartilha informativa sobre
o planejamento da cidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LARISSA BERNARDO FERREIRA - 20180087679
ORIENTADORA: PROF^ª. DRA. JULIANA DEMARTINI



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Larissa Bernardo Ferreira

SE ESSA CIDADE FOSSE MINHA:

Uma cartilha informativa sobre
o planejamento da cidade

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal da
Paraíba como requisito para obtenção de
título de bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientação: Prof.^a Dra. Juliana Demartini.

João Pessoa
2024



Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Juliana Demartini (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dra. Paula Martins Dieb (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento (Examinador interno)
Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383s Ferreira, Larissa Bernardo.

Se essa cidade fosse minha: Uma cartilha informativa
sobre o planejamento da cidade / Larissa Bernardo
Ferreira. - João Pessoa, 2024.
105 f. : il.

Orientação: Juliana Demartini.
TCC (Graduação) - UFPB/CT.

1. Planejamento urbano. 2. Participação popular. 3.
Educação urbana. I. Demartini, Juliana. II. Título.

UFPB/CT

CDU 711.4(043.2)

Se essa rua
Se essa rua fosse minha
Eu mandava
Eu mandava ladrilhar
Com pedrinhas
Com pedrinhas de brilhantes
Só pro meu
Só pro meu amor passar

*Dedicado aos meus pais,
que construíram caminhos com as próprias mãos
para que eu pudesse caminhar os meus.
E a minha irmã,
cuja chegada me apresentou a vontade de ladrilhar as ruas
com pedrinhas de brilhantes.*

AGRADECIMENTOS

Em plena certeza de que nunca cheguei - e nunca chegarei - a lugar algum sozinha, tenho muitos a agradecer. Em primeiro lugar a Deus, de quem sinto e enxergo cuidado em todos os momentos da minha vida e cujo abraço jamais esquecerei. Aos meus pais, Gilda e Sebastião, que de suas próprias formas dedicam a vida para que possamos crescer. A minha irmã Letícia, que ao chegar transformou o que eu seria pra sempre. Ao meu amor e companheiro, Eduardo, que sempre me incentiva e cuja fé em mim me mostra uma coragem que eu não sabia ter. A família Lucindo, que me acolheu no comecinho e me permitiu iniciar essa jornada com muito carinho (às vezes ainda como cuscuz no café da manhã, Zeza). A Danilo, companheiro de perrengues e incontáveis trabalhos em grupo. A quem me viu crescer e que mesmo ao escolher diferentes caminhos me acompanham até hoje: Alice, Camila e Malu, obrigada por todos esses anos de amizade, tenho muito orgulho de vocês. As minhas meninas (e Neto) que me escutam e torcem por mim tanto quanto eu torço por elas: Angeline, Andrieli, Rosi e Neto. Aos meus amigos do Plataforma, pois tem sido uma experiência ímpar vê-los crescer na vida. A Larissa de 2018 até 2024, por nunca sequer pensar em desistir e permanecer tentando ser melhor: conseguimos. A todos os mestres que me corrigiram, guiaram e compartilharam conhecimento durante todos esses anos: meu muitíssimo obrigada.

“E, para todos, o lembrete de que a democratização do planejamento e da gestão, longe de ser apenas um detalhe, ou um simples ingrediente a mais, é o que dá sentido a todo o resto.”

- Marcelo Lopes de Souza

resumo

Viver e acessar a cidade assumem diferentes faces diante dos cenários construídos através de gestão e planejamento urbano. Apesar de afetarem o cotidiano de toda a população, o acesso às discussões relacionadas estão inseridas em práticas que não corroboram com a participação popular - seja por processos pseudo-participativos ou pela linguagem utilizada quando o encontro entre a técnica e o popular acontece. Por essa razão, este trabalho busca esclarecer temáticas gerais discutidas no meio profissional e acadêmico sobre o desenvolvimento da cidade e o seu planejamento através de uma cartilha explicativa ilustrada, visto a importância da educação urbana nesse contexto. Para isso, buscou-se entender a importância da participação popular nesses processos, reforçada de forma veemente pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Foi importante também investigar a percepção da população dos problemas da cidade através do documento de Diagnóstico Comunitário desenvolvido no processo de revisão do Plano Diretor da cidade de João Pessoa - PB e a partir disso buscar abordar temas selecionados para um primeiro volume. Diante disso, reforça-se a inclusão dos cidadãos em processos de planejamento e discussões sobre a cidade como um direito e um esforço fundamental para a construção de cidades mais justas e sustentáveis, cujo planejamento e gestão atendam às reais necessidades da população.

palavras chave: planejamento urbano, participação popular, educação urbana.

abstract

Living in and accessing the city takes on different views against the scenarios shaped by urban management and planning. Despite affecting the daily lives of the entire population, the access to related discussions is embedded in practices that do not encourage citizen participation - whether through pseudo-participatory procedures or the technical language used when technic and popular perspectives meet. For this reason, this work seeks to clarify general topics discussed in the professional and academic field about city development and its planning through an illustrated explanatory booklet, given the relevance of urban education in this context. To this end, an effort was made to understand the importance of popular participation in these processes, which is strongly reinforced by the Estatuto da Cidade (Law 10.257/2001). It was also important to investigate the popular perception of the city problematics through the Community Diagnostic document produced during the process of revision of the João Pessoa - PB's Master Plan and from there, seek to work on the selected themes for this first volume. In this light, the relevance of citizen inclusion in the process of urban planning and related discussions is reinforced as a civil right and a fundamental effort to build fairer and sustainable cities, where urban planning and management work toward the actual needs of its citizens.

keywords: urban planning, popular participation, urban education.

lista de figuras

Figura 01 - Cartilha Athis e Cartilha sobre o Plano Diretor de João Pessoa.....	09
Figura 02 - Representação do processo de comunicação.....	09
Figura 03 - Recorte de tabela geral sobre o eixo uso do solo e mobilidade.....	11
Figura 04 - Recorte de tabela geral com categorização.....	12
Figura 05 - Síntese de Uso do Solo e Mobilidade.....	20
Figura 06 - Resumo das subcategorias criadas.....	21
Figura 07 - Cartilha da Cidade.....	22
Figura 08 - Cartilha João Pessoa: Nossa Cidade, nossa história!.....	23
Figura 09 - Cartilha Cidade Democrática: Uma Construção Participativa.....	24
Figura 10 - Exemplo do design de informação aplicado à área de saúde em relação ao COVID-19.....	25
Figura 11 - Paleta principal de cores.....	26
Figura 12 - Simulação de daltonismo.....	26
Figura 13 - Fontes escolhidas para a cartilha.....	27
Figura 14 - Mockup representativo da cartilha impressa.....	28

lista de tabelas

Tabela 01 - Tabela de Definição de Problema.....	10
Tabela 02 - Ficha de Análise dos Correlatos.....	13
Tabela 03 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Acessibilidade.....	14
Tabela 04 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Espaço Público.....	14
Tabela 05 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Iluminação Pública.....	15
Tabela 06 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Infraestrutura.....	15
Tabela 07 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Pontos Positivos Infraestrutura e Iluminação Pública.....	16
Tabela 08 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Integração.....	17
Tabela 09 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Mobilidade.....	17
Tabela 10 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Participação.....	18
Tabela 11 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Sinalização.....	18
Tabela 12 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Transporte Coletivo.....	19
Figura 13 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Transporte Coletivo - Pontos Positivos.....	19
Tabela 14 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Uso e Ocupação do Solo.....	20
Tabela 15 - Ficha de Análise Cartilha da Cidade.....	22
Tabela 16 - Ficha de Análise João Pessoa: Nossa Cidade, nossa história!.....	23
Tabela 17 - Ficha de Análise Cidade Democrática: Uma Construção Participativa.....	24

su má rio

01 introdução

introdução	01
justificativa	03
objetivo geral	03
objetivos específicos	03

02 referencial teórico

a participação popular e a democratização da gestão e planejamento urbanos no brasil.....	04
educação urbana.....	06
a cartilha como ferramenta para a educação urbana.....	08

03 metodologia

infodesign.....	09
análise documental.....	11
análise de correlatos.....	13

04 análise documental

mobilidade urbana e uso e ocupação do solo.....	14
considerações gerais.....	21

05 correlatos

cartilha da cidade.....	22
joão pessoa: nossa cidade, nossa história!.....	23
cidade democrática: uma construção participativa	24

06 aspectos da cartilha

ilustração.....	25
contextualização.....	25
cores como complemento.....	26
tipografia.....	26
temas abordados.....	27
formato e indicação de uso....	28

07 considerações finais.....

29

08 referências.....

30

09 apêndice.....

32

10 cartilha.....

59

01. introdução

A cidade é o espaço que abriga, todos os dias, diversos cenários culturais, políticos, econômicos e sociais, compondo uma trama que reflete a sociedade que a produz e seus sistemas e crenças. Com o desenvolvimento dos meios de produção e o avanço da tecnologia, o meio urbano se tornou um grande centro da vida humana, concentrando serviços, comércio e moradia. Dados do IBGE relatam que, em 2022, 84,1% dos brasileiros viviam em áreas urbanas. Da população total das cidades, 22,1% se concentram em 20 municípios, a exemplo da cidade de São Paulo, com 11,5 milhões de habitantes.

Com o crescimento das cidades avançando entre as décadas e o advento de profissionais urbanistas, o meio urbano e sua forma - estética e funcional - passam a ser discutidos com mais enfoque, a partir de questões de infraestrutura, sanitárias e posteriormente discussões e planos para grandes obras que, no cenário brasileiro, segundo Leme (1999, p. 22), tinham como referência as grandes reformas das cidades europeias do século XIX, em que “A ênfase central estava na técnica e a estética estava presente em alguns projetos, em particular, aqueles realizados para as áreas centrais das cidades.”. A partir desse contexto, da assimilação do urbanismo como um saber especializado, criou-se uma prática tecnocrata, em que as discussões e decisões são construídas por grupos fechados, atendendo a objetivos específicos ou a experimentação de um conjunto de ideias, a exemplo do urbanismo funcionalista Moderno¹.

Ao que Souza (2005, p. 101) discute que:



Um desenvolvimento urbano autêntico, (...), não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, (...), mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: (...) a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e cada vez mais justiça social.

À medida que o espaço da cidade se expande e se desenvolve, faz-se necessário pensar e discutir os caminhos que serão seguidos para atentar-se a esse crescimento, o planejamento precisa ser realizado para que os recursos sejam distribuídos de acordo. Entretanto, desde centenas até milhões de habitantes, as dinâmicas do morar e do acesso a cidade assumem diferentes mecânicas, que ainda se estendem para além de escolha e autonomia da maior parte da população, em razão de fatores sociais e econômicos que influenciam a formação das políticas e planos, desconsiderando que as decisões tomadas nesse processo afetam cada indivíduo e coletividade existente na sua região e entorno, acentuando desigualdades e um cenário de crise urbana.

¹Para mais informações ler BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 483-515.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, traz como diretrizes I e II a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à vida digna e ao acesso à cidade em sua totalidade, e a gestão democrática por meio da participação popular “na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.” (Brasil, 2001, p.15).

Contudo, Souza (2010) pontua que os instrumentos de planejamento desenvolvidos e registrados no Estatuto só adquirem verdadeira relevância quando seus processos são monitorados pela população. O autor argumenta que essa participação pode não cessar completamente erros, corrupções e distorções, mas consegue minimizá-los. Além de que, ao fazer parte da tomada de decisões, o cidadão se sente mais responsável pela sua aplicação e resultados, passa a ser parte do processo de planejamento e não alheio a ele.

Para que essa participação seja plena e democrática é necessária uma verdadeira transparência, em que as informações sejam compreensíveis a diferentes grupos sociais. A cidade e o planejamento não podem ser vistos como itens estritamente técnicos, como citado anteriormente, algo que o Guia do Estatuto da Cidade (Ministério das Cidades, 2012, p. 38) descreve como um processo em que “padrões urbanísticos exigentes e de difícil compreensão e a alta complexidade dos planos fazem parte de um quadro de hegemonia de uma visão tecnocrática na legislação urbanística.”.

Em um planejamento como o descrito não há espaço para uma participação popular efetiva, visto que as discussões não chegam a todos com o mesmo nível de assimilação, o que pode gerar confusão e desinteresse nos temas discutidos, confiando as decisões a um pequeno grupo representativo sem fiscalização popular.

Para superar essa barreira técnica, é possível utilizar-se de ferramentas para estimular o exercício pleno da cidadania, incentivando a autonomia de pensamento crítico. Na educação não-formal, descrita por Gohn (2006) como uma maneira de disseminar e integrar trocas e conhecimentos fora do ambiente da educação formal, não competindo com ela, mas complementando-a, encontra-se um meio de levar a discussão das questões urbanas para além dos profissionais em exercício ou em formação no tema, compondo tópicos para uma educação urbana emancipadora.

Dessa maneira, instrumentos de comunicação gráfica podem assumir a função de auxiliar na interlocução e disseminação do conhecimento em questão, a exemplo de cartilhas informativas, dicionários, revistas, posters, livros e infográficos. Dispositivos já utilizados nos processos participativos de planos diretores, como no caso da revisão do Plano Diretor de São Paulo, que ocorreu em 2014, e de diferentes projetos de educação urbana, como por exemplo, o projeto CAU-Educa², que buscam incentivar a autonomia e a participação cidadã nas discussões e dinâmicas urbanas.

² Disponível em <<https://caubr.gov.br/caueduca/>>

justificativa

A participação popular no processo de planejamento das cidades é essencial para alcançar cidades mais justas, acessíveis e democráticas, questão reforçada no próprio Estatuto da Cidade. No entanto, o fluxo de informações necessárias para que esse envolvimento aconteça por vezes não chega a toda população com a mesma efetividade, principalmente ao utilizar abordagens com linguagem e termos técnicos. Para incentivar a autonomia, o pensamento crítico e o trabalho conjunto entre o cidadão e a equipe técnica, reforça-se a necessidade de instrumentos de comunicação que facilitem o esclarecimento sobre os temas tratados. Propõe-se, a partir disso, uma cartilha ilustrada como ferramenta de educação relacionada às temáticas do planejamento urbano, com a intenção de disseminar conhecimento e estimular a cidadania plena e participativa na construção da cidade.

objetivo geral

Elaborar uma cartilha informativa esclarecendo temáticas do planejamento urbano direcionada ao público que não tem domínio de termos e legislações urbanísticas, para que as discussões relacionadas possam acontecer fora do contexto técnico e acadêmico, de maneira inclusiva e dessa maneira a população possa usufruir do seu papel de cidadão produtor e usuário do espaço urbano.

objetivos específicos

01. Caracterizar a importância e a função da participação popular no processo de planejamento urbano;

02. Analisar a percepção das questões de planejamento pela população;

03. Investigar estratégias de aproximação do setor técnico do planejamento urbano com a sociedade civil.

02. referencial teórico

1. A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANOS NO BRASIL

A política de desenvolvimento urbano no Brasil tem como um grande marco a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição de 1988, frutos do Movimento pela Reforma Urbana, que dentre os principais objetivos, Souza (2005, p. 113) destaca três principais: “1. coibir a especulação imobiliária (...); 2. reduzir o nível de disparidade sócio-econômico-espacial intra-urbana, assim reduzindo o nível de segregação residencial; 3. democratizar o mais possível o planejamento e a gestão do espaço urbano.”, e dois auxiliares: “1. garantir a segurança jurídica para as populações residentes em espaços carentes de regularização fundiária (...); 2. gerar emprego e renda para os pobres urbanos.”.

A partir disso, os artigos registrados na Carta Magna consolidam uma política urbana que exige o cumprimento da função social da cidade, a garantia do bem-estar dos seus habitantes e instituem a necessidade do Plano Diretor para cidades acima de 20.000 habitantes (Brasil, 1988). Posteriormente, foi homologado o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que regulamenta os dois artigos e apresenta instrumentos de gestão e planejamento “na direção de

uma cidade mais equitativa, sustentável e democrática” (Ministério das Cidades, 2012), objetivos para os quais o conteúdo do Estatuto funcionaria como uma “caixa de ferramentas”.



As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do que normatizar – as formas de uso ocupação do solo; a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal; e também uma nova estratégia de gestão que incorpora a idéia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade. (Ministério das Cidades, 2012, p. 37)

Entre as diretrizes da Lei 10.257/2001, no Art. 2º inciso II, encontra-se o tópico da gestão democrática por meio da participação popular na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”, através de espaços como debates e audiências públicas. Dois exemplos dessas práticas estariam no processo de construção e aplicação do Plano Diretor, o qual o Estatuto descreve como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, e a Gestão Orçamentária Participativa.

A elaboração e implementação do Plano Diretor é de responsabilidade do Município, já que ele será o guia local - elaborado com base no Estatuto da Cidade, para orientar e regular o crescimento e as funções sociais da cidade. No processo de sua construção, o parágrafo 4º do Art. 40 do Estatuto descreve:



§4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (BRASIL, 2001)

No entanto, apesar do marco legislativo, a aplicação prática dessa participação ainda é deficitária, a exemplo da revisão iniciada em 2021 do Plano Diretor Municipal da capital paraibana, João Pessoa, que gerou comoção de organizações civis e pesquisadores locais pelo seu processo pouco transparente e exclusivo, além da metodologia de participação consultiva - e ainda sim limitada, também questionada. Em ofício enviado a equipe responsável, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba (CAU/PB) sinalizou questões como uma estrutura de participação engessada sem abertura para construção coletiva, ineficácia e curto espaço de tempo para a contribuição popular, além de apontar a defasagem dos dados apresentados no documento de “Diagnóstico Técnico e Comunitário” e a forma de disponibilização desses documentos.

Broilo (2015, p. 8) descreve sobre a revisão do plano diretor da Cidade de Gramado/RS, entre 2013/2015, que de forma semelhante apresentou problemas na sua metodologia participativa. A autora descreve um processo em que se fazia notável a disparidade de conhecimento teórico sobre as discussões ocorridas nas audiências públicas “principalmente, no que dizia respeito aos instrumentos da Lei, ao linguajar técnico aplicado e à evidente falta de percepção relacionada ao quanto essa Lei influenciaria nas problemáticas da cidade e afetaria, de alguma maneira, a totalidade de cidadãos do município.”. Ela cita a dificuldade de associação das questões discutidas com a infraestrutura urbana vivida diariamente pelos cidadãos, como mobilidade e saneamento básico.

Bueno e Freitas (2018) colocam esse cenário como uma das possíveis causas de desinteresse da própria população, junto com a falta de poder deliberativo e o caráter apenas consultivo, que não gera grande envolvimento e compromisso entre os atores. Outro ponto é relacionado a processos participativos que envolvem somente representantes de entidades de setores específicos que “acabam por determinar uma visão de futuro no Plano Diretor apenas voltada para o interesse econômico e a valorização dos imóveis, distanciando a população do processo.”.

Fica evidente que o espaço da participação popular ser restrita apenas a reuniões estruturadas de forma inflexível e com a ausência de uma capacitação prévia eficiente e honesta sobre as questões urbanas não somente prejudica o direito de colaborar com a construção de uma cidade mais justa, como também afasta a própria população dessas discussões.

2. EDUCAÇÃO URBANA

Diante da urbanização acelerada, o território passa a retratar as desigualdades socioeconômicas na sua configuração, em um contraste de bairros e comunidades periféricas versus bairros nobres evidenciando as diferentes escalas de qualidade de vida e acesso a cidade, ao que o Ministério das Cidades (2012, p. 23) afirma: “O quadro de contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: ela é agente de reprodução dessa desigualdade.”, posto que as oportunidades geralmente se concentram próximo a quem já “vive bem”.

Souza (2010) dialoga que perante uma sociedade capitalista marcada por desigualdades estruturais, o planejamento e gestão urbanos jamais serão neutros, visto que a sociedade não é uma “massa homogênea e indiferenciada”. Dessa forma, atenta-se para o fato de que o cidadão comum em sua vivência produz a cidade, mas divide essa construção com agentes como o mercado imobiliário, além das questões de classe, já citadas anteriormente, que possuem interesses próprios nas questões de planejamento urbano e maior acesso aos espaços de tomada de decisão relacionadas ao assunto.

Nesse contexto, as cidades enfrentam problemas de infraestrutura relacionadas à mobilidade, saneamento básico, segurança e outras questões que interferem no acesso à moradia digna e no usufruto do direito à cidade por todos, questões geralmente associadas à falta de planejamento, mas que fazem parte

de uma concepção urbana propositalmente excludente e são o resultado de um processo que não considera como prioridade questões sociais e ambientais. Nesse sentido, Souza enuncia que:



Assim como certos agentes modeladores do espaço correspondentes a frações de classe e a grupos dominantes, como o grande capital industrial e imobiliário, elaboram suas geoestratégias de forma clara e, não raro, sofisticada, também a parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa (...) qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática. (Souza, 2010, p. 178)

O Art. 43 do Estatuto da Cidade reforça a ideia de que a população pode e deve questionar e construir suas próprias propostas nos incisos II e IV, em que estão registrados como instrumentos para garantir a gestão democrática da cidade “debates, audiências e consultas públicas” e a “iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

A partir dessa discussão, evidencia-se a necessidade do acesso à informação sobre o meio urbano e sua construção para toda a sociedade civil, visto que além da disputa de interesses, um planejamento sem participação popular cria uma cidade virtual que não reflete as reais circunstâncias do meio urbano. Maricato (2002) afirma que:



Para erradicar o analfabetismo urbanístico seja na chamada sociedade civil, seja entre técnicos e administradores é preciso resgatar o tema do estreito círculo dos urbanistas e ampliar o vocabulário para além do hermético “urbanês”. É preciso evidenciar, para as camadas populares, as estratégias das classes sociais na produção e ocupação do espaço, ou seja, nada aí é natural ou fruto do acaso.

Esclarecer as questões urbanísticas por meio de práticas de educação urbana é uma maneira de aproximar a parcela da sociedade civil que não tem acesso a esse conhecimento de forma clara por outros meios das discussões sobre a construção da cidade, e para que dessa maneira possam exercer sua cidadania plena, somando suas vivências na cidade e anunciando suas próprias necessidades, de forma que as decisões sejam tomadas com as diferentes camadas sociais da sociedade e não para elas através de processos pseudo participativos.

Ao capacitar a população a associar sua vivência e suas dificuldades em relação ao meio urbano como tópicos de desenvolvimento urbano, ensinando-os a pensar criticamente e se reconhecer como agentes produtores do espaço, ampliam-se as discussões e aproxima o planejamento da função social da cidade e o direito de vivenciá-la de forma digna. Souza (2010, p. 334) afirma que a participação é um direito inalienável e que abrir mão dele é “colocar-se numa posição de tutela, como uma criança perante um adulto.”

A educação urbana pode ser abordada através da educação não-formal, descrita por Gohn (2006, p. 28) como “aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.”

e cuja finalidade é esclarecer questões sobre a relação dos indivíduos com o mundo que os circula e suas relações sociais. A autora lista os objetivos da educação não-formal como sendo:



a) Educação para cidadania; b) Educação para justiça social; c) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); d) Educação para liberdade; e) Educação para igualdade; f) Educação para democracia; Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas g) Educação contra discriminação; h) Educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais. (Gohn, 2006, p. 32)

Portanto, faz-se possível enxergar na educação não-formal um caminho para formação cidadã para além e como forma de complementar a educação formal escolar, através de discussões que causem reconhecimento próprio e coletivo dentro das questões discutidas, que fomentem a consciência cidadã e a democratização dos debates sobre o planejamento da cidade.

Atualmente existem projetos como o CAU-Educa, uma iniciativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, através da sua Comissão de Política Urbana e Ambiental, que desde 2018 possui um programa de incentivo às ações de educação urbanística para crianças, visando construir consciência urbana e ambiental. Assim como diversas outras iniciativas na atuação dos CAU estaduais, ONGs, projetos de extensão universitária e Escritórios Modelos, a exemplo do projeto “Cidade e Cidadania: educação urbana em João

Pessoa”, projeto vinculado ao TRAMA - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, que iniciou a produção de cartilhas com temática urbana sobre a cidade de João Pessoa/PB.

3. A CARTILHA COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO URBANA

Como exposto anteriormente, as discussões sobre o planejamento urbano geralmente se utilizam de uma linguagem que não estende à população geral durante a construção de planos e objetivos para a cidade, impedindo uma participação efetiva e que instiga o interesse do público. Kaplún (2003, p. 46) define um material educativo como um “objeto que facilita a experiência de aprendizado”, e nesse sentido uma cartilha ilustrada funciona como um interlocutor entre as questões discutidas formal e academicamente e a inclusão da sociedade civil e suas contribuições nessas discussões.

Litre (et al, 2017, p. 2012) explica a cartilha como uma maneira de “compartilhar, nos dizeres de Freire (1971b), conhecimentos criativos e transformadores, de forma simples e adaptada às características locais e às necessidades do público-alvo.”, dessa forma o “urbanês” citado por Maricato (2002) pode ser simplificado e assim permear em diversas camadas sociais, buscando esclarecer a relação da cidade vivida versus a cidade que se coloca em pauta nos planos urbanos.

Desse modo, busca-se colaborar com o cumprimento do direito de participação da população, que segundo o Ministério das Cidades (2012, p. 33), “será respeitado quando os grupos sociais marginalizados e excluídos tiverem acesso à vida política e econômica da cidade. Para ser exercido, este direito pressupõe a capacitação política dos diversos grupos sociais.”

03. metodologia

1. INFODESIGN

Como ilustrado anteriormente, a cartilha tem sido um instrumento utilizado como material de apoio e disseminação de informação por vários setores na construção das discussões do planejamento urbano. A exemplo das cartilhas “Athis: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, um direito e muitas possibilidades” produzida e publicada online pelo CAU/BR e CAU/SC e a Cartilha “O Novo Plano Diretor Vai Engolir João Pessoa”, construída pela sociedade civil organizada da cidade de João Pessoa em protesto ao processo de revisão do Plano Diretor municipal e divulgada tanto por meio digital quanto impressa. (fig. 01).

Figura 01 - Cartilha Athis, a esquerda, e Cartilha sobre o Plano Diretor de João Pessoa, a direita.



Fonte:

<https://caubr.gov.br/cau-br-cartilha-athis-baixe-o-arquivo-em-pdf/> e Acervo Próprio (2024)

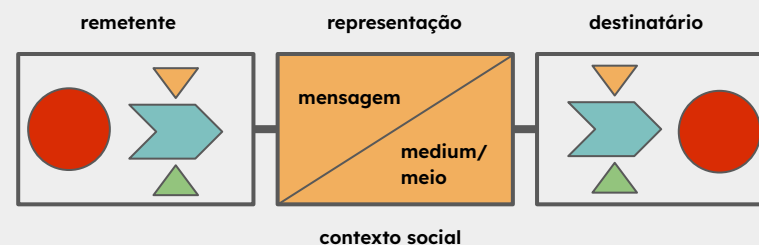
Como educativo, é possível desenvolver o material através de conceitos do infodesign, que segundo Petterson (2012, p. 30), se trata da assimilação de análise, planejamento, apresentação e compreensão de uma mensagem em seu conteúdo, linguagem e forma, cujo principal objetivo é a clareza de comunicação:



Na minha visão o principal objetivo em design de informação é a clareza de comunicação, mesmo que também esperemos que apresentações sejam esteticamente agradáveis e em alguns casos intelectualmente gratificantes. Para alcançar esse objetivo, todas as mensagens devem ser precisamente projetadas, produzidas e distribuídas, e depois corretamente interpretadas e compreendidas pela maioria do público alvo. Esses processos são guiados por princípios, performados com ajuda de ferramentas e sempre influenciados pelo contexto social. (Petterson, 2012, p. 30 - Tradução livre)

O autor materializa esse processo de comunicação através da figura 02 a seguir, em que o círculo simboliza a mensagem comunicada de um remetente (primeiro retângulo) a um destinatário (terceiro retângulo), sendo o processo guiado por princípios representados pelo triângulo superior laranja, construído com ferramentas - o triângulo inferior verde, e influenciado pelo contexto social na maneira de transmitir a mensagem (retângulo central).

Figura 02 - Representação do processo de comunicação



Fonte: Adaptado de PETERSON, Rune.
It Depends, p. 07

Petterson traça seis princípios para um design funcional: definir o problema, prover estrutura, prover clareza, prover simplicidade, prover ênfase e prover unidade (Petterson, 2012, p. 58.) Dentre estes, destaca-se o primeiro: definir o problema. Nele, se analisa o remetente e o destinatário, a mensagem pretendida e o meio, como forma de construir uma representação coerente. Martins (2007, p. 66), no entanto, declara que uma relação de emissor-receptor “parece ignorar que existe um enorme espectro de diferenças entre sujeitos e culturas, que acabam por afetar a maneira pela qual as pessoas entendem a informação.” e sugere a troca para produtor-intérprete, já que a partir do contexto do contato o material e da vivência pessoal o intérprete constrói sua percepção particular da mensagem.

A aplicação desse princípio no presente trabalho desenvolve-se na tabela de Definição de Problema a seguir (tabela 01):

Tabela 01 - Tabela de Definição de Problema

DEFINIÇÃO DE PROBLEMA	
Produtor	Graduanda em Arquitetura e Urbanismo em busca de compartilhar o conhecimento adquirido durante a formação.
Intérprete	Público externo ao acadêmico, cuja linguagem técnica nas discussões e a formação cultural tendem a desconectar o interesse em questões de desenvolvimento urbano.
Mensagem Pretendida	Esclarecer a relação entre questões do dia a dia do cidadão com temas do desenvolvimento urbano, a exemplo de infraestrutura, mobilidade, etc.
Meio	Cartilha informativa

Fonte:
Elaborado
pela autora

interpretação, colocando o intérprete das mensagens como um agente de destaque, um co-autor, no transcurso do processo projetual.” (Martins, 2007, p. 67), visto que existem particularidades nos contextos e entendendo que experiências individuais diferentes levam a assimilações diferentes. Reforçado por Petterson (2012, p. 40) ao afirmar que a comunicação não pode ser considerada realizada até que a audiência definida possa entender a mensagem.

Por essa razão, coloca-se o material desenvolvido neste trabalho como um objeto em construção, visando uma posterior revisão a partir da sua aplicação e retorno da audiência definida, também é incentivado seu uso com anexos para contextos e grupos que necessitem de especificidades. Dessa forma, busca-se um processo que inclua a população e a sua vivência da cidade na produção do material, além de fomentar a discussão sobre o assunto nessa construção.

2. ANÁLISE DOCUMENTAL

Em busca de traçar um panorama das questões levantadas pela população em discussões voltadas ao planejamento urbano e dessa forma levantar possíveis temas a serem abordados na cartilha produzida, foi realizada uma análise documental do “Relatório do Diagnóstico Comunitário”, produto das reuniões comunitárias realizadas no processo de revisão do Plano Diretor da cidade de João Pessoa/PB entre 2021 e 2023, cujo objetivo era compreender as percepções da população sobre a atual situação do município. Como metodologia das reuniões, os participantes foram divididos em grupos temáticos: uso de solo e mobilidade, meio ambiente e habitação, desenvolvimento econômico, serviços e equipamentos comunitários e sociais, em cada grupo foi escolhido um representante para anotar os pontos positivos e negativos propostos por cada membro. Para finalizar, o resultado foi apresentado para todos os presentes e os demais grupos poderiam apresentar sugestões às outras temáticas.

Essa dinâmica resultou em vinte e quatro tabelas contendo os pontos positivos e negativos de cada tópico, que totalizam quatro, levantados nas seis reuniões ocorridas entre as quatorze regionais de participação popular da cidade (regiões orçamentárias). Como síntese, houve a produção de quatro tabelas³ gerais com a temática dos tópicos propostos e esse foi o material analisado (fig. 03).

Figura 03 - Recorte de tabela geral sobre o eixo uso do solo e mobilidade

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	PONTOS POSITIVOS
Aeroporto necessitando de melhoramento	Pavimentação das ruas na 5ª Regional
Falta de regularização das ZEIS	Iluminação pública no Bairro Ernani Sátiro
Caminhabilidade - Calçadas (Alto do Mateus)	Diálogo entre a população e o poder público sobre o transporte coletivo na 6ª regional
Infraestrutura viária	
Pavimentação das ruas	
Falta de transporte público coletivo	
Faltam paradas de ônibus com abrigo (Alto do Mateus)	
Faltam Semáforos na entrada do Alto do Mateus	
Faltam acessos entre os bairros e região metropolitana (Alto do Mateus)	
Trajetos dos ônibus (Alto do Mateus)	
Falta de ciclovias (Alto do Mateus)	

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP

Como metodologia de análise, as demandas apontadas foram destrinchadas em mais categorias relacionadas a natureza da sugestão, visto que, por exemplo, dentro do tópico “uso do solo e mobilidade” podem ser encontrados subtópicos como questões de zoneamento, transporte público, integração urbana, dentre outros (fig. 04). O objetivo foi levantar quais os principais assuntos abordados em cada recorte temático, para que a partir disso fosse possível chegar às categorias que mais se repetem e dessa forma construir tópicos no material desenvolvido neste trabalho que dialoguem com o que e como a população enxerga o cenário urbano e como isso se relaciona ao planejamento.

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de acesso qualificado conectando o Sul e as 2ª e 3ª regiões	integração
Aumento de loteamento das praias	uso e ocup. do solo
Existência de áreas de uso exclusivo industrial e residencial	uso e ocup. do solo
Falta de ônibus em algumas áreas e pouca oferta em determinados dias e horários	transporte coletivo
Falta de acesso às áreas litorâneas da Zona Sul	integração
Falta de planejamento de mobilidade dentro dos bairros	mobilidade
Áreas de ocupação irregular	uso e ocup. do solo
Ocupação litoral sul	uso e ocup. do solo
Circulação viária necessitando de melhoramento	mobilidade
Aeroporto necessitando de melhoramento	infraestrutura
Falta de regularização das ZEIS	ZEIS
Caminhabilidade - Calçadas (Alto do Mateus)	infraestrutura
Infraestrutura viária	infraestrutura

Figura 04 -

Recorte de tabela geral com categorização

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

É importante ressaltar que como diagnóstico comunitário para a construção do Plano Diretor municipal, o documento utilizado é resultado de uma metodologia duramente criticada por ser considerada ineficaz pela sociedade civil organizada da cidade de João Pessoa. Em documento enviado a equipe responsável, disponível no próprio relatório (p. 250), o coletivo Urbanicidade em conjunto com outras entidades e movimentos sociais pontuam que o diagnóstico foi construído com menos de 5% do total da população dos bairros e declaram que não houve esclarecimentos e capacitação antecipada para que a parte leiga dos cidadãos pudessem participar efetivamente dessa construção. Além da pouca divulgação e tempo limitado para discussão pontuados pela crítica, relembra-se também que o processo foi realizado durante a pandemia de COVID-19, o que ocasionou limitação no número de participantes, sendo necessário o uso de máscaras e o distanciamento social.

Como documento em que estão registradas demandas gerais da população em relação a cidade, o relatório torna-se, neste trabalho, uma forma de aproximar o conteúdo inicial da cartilha com a visão das problemáticas e da vivência do meio urbano a partir do relatado pelos próprios cidadãos, até que seja possível revisá-la em uso externo.

3. ANÁLISE DE CORRELATOS

Com o objetivo de adquirir repertório e analisar o que tem sido produzido em relação a cartilhas voltadas à educação urbana, realizou-se o estudo de correlatos através dos critérios de eixo temático, público alvo, linguagem escrita, estratégias de comunicação (gráficos, tabelas, ilustrações) e número de páginas, de maneira a auxiliar na construção do produto final do trabalho. Os parâmetros citados foram organizados na ficha de análise a seguir:

Tabela 02 - Ficha de análise dos correlatos

TÍTULO DA CARTILHA ANALISADA	
Eixo Temático	O cerne da cartilha, o eixo temático do qual o desenvolvimento do material partiu
Público Alvo	Qual o público a quem a cartilha se direciona
Linguagem Escrita	Analisar se a linguagem utilizada é técnica e de difícil ou fácil compreensão
Estratégias De Comunicação	Observar quais as estratégias de comunicação utilizadas em conjunto com o texto: gráficos, tabelas, ilustrações
Número de Páginas	Número de páginas da cartilha

Fonte: Elaborado pela autora

04. análise documental

Os quadros sínteses analisados a seguir são encontrados no Relatório do Diagnóstico Comunitário do processo de revisão do Plano Diretor de João Pessoa, da página 104 a 134. Como exposto anteriormente, as temáticas foram discutidas pela equipe responsável em quatro grupos: uso de solo e mobilidade, meio ambiente e habitação, desenvolvimento econômico, serviços e equipamentos comunitários e sociais. A categoria de Uso do Solo será exposta no corpo do trabalho como exposição do processo e as demais encontram-se no apêndice.

1. USO DO SOLO E MOBILIDADE

O primeiro quadro síntese analisado foi o de uso do solo e mobilidade, que soma o total de 102 sugestões nos pontos negativos e 03 nos positivos, a partir das quais 10 subcategorias foram criadas. São elas: **acessibilidade**, **espaço público**, **iluminação pública**, **infraestrutura**, **integração urbana**, **mobilidade**, **participação popular**, **sinalização**, **transporte coletivo** e **uso e ocupação do solo**.

Em “**acessibilidade**” foram agrupadas as declarações que envolvessem o próprio termo, totalizando oito declarações (tabela 03), nas quais se destaca a falta de acessibilidade nas calçadas. Já em “**espaço público**” aparecem apenas dois tópicos (tabela 04), pontuando a falta de praças e espaços livres para a população.

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Acessibilidade nas calçadas	acessibilidade / infraestrutura
Falta melhorias nas calçadas e rampas de acessibilidade nos prédios públicos e particulares	acessibilidade
Falta acessibilidade nas calçadas	acessibilidade
Calçadas dos bairros Grotão e Bairro das Indústrias sem acessibilidade para pessoas com necessidades especiais	acessibilidade
Faltam linhas de transporte coletivo para atender a 5ª Regional. A acessibilidade das calçadas é precária, faltam ciclovias e sinalizações nas ruas (5ª Regional)	transporte coletivo / acessibilidade / mobilidade / sinalização
Existem calçadas e obras viárias não concluídas na 6ª regional, faltam projetos de padronização das calçadas e acessibilidade	infraestrutura / acessibilidade
Faltam ciclovias, sinalização e acessibilidade nas calçadas da área da 6ª regional	mobilidade / sinalização / acessibilidade
São José: falta acessibilidade no transporte em geral	acessibilidade

Tabela 03 -

Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Acessibilidade

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta construção de praças no Marinês e Gervásio Maia	espaço público
Faltam espaços livres para a população	espaço público

Tabela 04 -

Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Espaço Público

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

“**Iluminação pública**” também foi categorizado de acordo com o aparecimento do próprio termo, que é citado em doze comentários (tabela 05) pontuando a falta de iluminação geral e a transição da existente para o LED. Em “**infraestrutura**” foram agrupados os pontos que se relacionam com obras públicas e a citação do termo “infraestrutura” em si. A partir disso apresentam-se dezoito anotações (tabela 06) cujos apontamentos são diversos, em que a infraestrutura viária e a pavimentação de ruas e calçadas são enfatizadas. Dois pontos, dentre os dezoito, que também chamam atenção são os que mencionam a consideração da infraestrutura urbana antecedendo a aprovação de projetos.

Tabela 05- Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Iluminação Pública

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Iluminação pública em Jaguaribe é precária	iluminação pública
Falta iluminação pública na região de Cruz das Armas.	iluminação pública
Mandacarú: ruas alagadas, iluminação precária	infraestrutura / iluminação pública
Falta de iluminação no bairro Gramame	iluminação pública
Falta iluminação pública (lâmpadas LED nas avenidas e ruas principais do bairro)	iluminação pública
Falta iluminação pública no bairro João Paulo II	iluminação pública
Falta iluminação pública no bairro Costa e Silva	iluminação pública
São Rafael: transporte precário e falta de iluminação em LED nos postes, especialmente nas praças	transporte coletivo / iluminação pública
Comunidade Miramar: falta de postes de iluminação de LED	iluminação pública
Bairro Bessa: falta de iluminação pública	iluminação pública
Bessa e São José: iluminação das vias não é de LED	iluminação pública
Falta iluminação em LED no residencial Novo São José	iluminação pública

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 06 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Infraestrutura

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Aeroporto necessitando de melhoramento	infraestrutura
Caminhabilidade - Calçadas (Alto do Mateus)	infraestrutura
Infraestrutura viária	infraestrutura
Pavimentação das ruas	infraestrutura
Acessibilidade nas calçadas	acessibilidade / infraestrutura
Mandacarú: faltam calçadas e ruas melhores	infraestrutura
Mandacarú: ruas alagadas, iluminação precária	infraestrutura / iluminação pública
Falta de pavimentação nas ruas do Marinês e Gervásio Maia	infraestrutura
Falta remoção das duas lombadas eletrônicas, na ladeira do Rangel - Bairro Cristo Redentor	infraestrutura
Existem calçadas e obras viárias não concluídas na 6ª regional, faltam projetos de padronização das calçadas e acessibilidade	infraestrutura / acessibilidade
São José: falta construção da ponte entre São José e Manaíra	infraestrutura
São José: necessidade de reestabelecer o calçamento, com destaque à Rua do Rio	infraestrutura
Comunidade Tito Silva: necessidade de reforma do calçamento	infraestrutura
Bessa e São José: falta pavimentação nas calçadas	infraestrutura
Falta considerar as questões de infraestrutura urbana na aprovação de projetos	infraestrutura
Falta condicionar a aprovação de projetos a avaliação das infraestruturas urbanas	infraestrutura
Manutenção e regularização das calçadas	infraestrutura
Falta manutenção nas passarelas metálicas	infraestrutura

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Dentre os 03 pontos positivos do tópico, 02 estão nas subcategorias citadas, um em infraestrutura, mencionando a pavimentação de ruas e a iluminação pública de determinado bairro (tabela 07):

Tabela 07 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Pontos Positivos
Infraestrutura e Iluminação Pública

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Pavimentação das ruas na 5ª Regional	infraestrutura
Iluminação pública no Bairro Ernani Sátiro	iluminação pública

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

“**Integração**” diz respeito a integração urbana (tabela 08), que facilita a locomoção entre partes da cidade. A discussão gira em torno da conectividade entre bairros e com a região metropolitana do município, em que é mencionada também a falta de transporte público para tal. “**Mobilidade**” (tabela 09) está como título do grupo temático e por isso também se encontra nos subgrupos, com dezesseis apontamentos entre os quais se destacam a falta de ciclovias e a melhoria da logística da circulação viária.

Tabela 08 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Integração

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de acesso qualificado conectando o Sul e as 2ª e 3ª regiões	integração
Falta de acesso às áreas litorâneas da Zona Sul	integração
Faltam acessos entre os bairros e região metropolitana (Alto do Mateus)	integração
Mandacaru: transporte não vai até as comunidades	transporte coletivo / integração
Falta transporte público para bairros vizinhos, praias e comércio (shoppings)	transporte coletivo / integração
Falta transporte público do Condomínio Nice de Oliveira para demais regiões, inclusive o centro da cidade	transporte coletivo / integração
Faltam linhas de transporte coletivo para as conexões Santa Rita, Bayeux para Campina Grande	integração
Portal do Sol: problemas de mobilidade e conexão com os bairros próximos	mobilidade / integração
Falta integração entre os bairros e comunidades	integração
Faltam integrações intrabairros e interbairros	integração
Faltam ligações para carro e moto entre São José e Manaíra	mobilidade / integração

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 09 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Mobilidade

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de planejamento de mobilidade dentro dos bairros	mobilidade
Circulação viária necessitando de melhoramento	mobilidade
Falta de ciclovias (Alto do Mateus)	mobilidade
Falta de binário nas principais ruas do Alto do Mateus e de ciclorrotas ligando Oitizeiro, Cruz das Armas e Centro da Cidade	mobilidade
Falta ciclovia na comunidade Porto do Capim	mobilidade
Faltam ciclovias dentro dos bairros	mobilidade
Falta planejamento de fluxo de trânsito, rotas de vias públicas (principalmente na rua Elias Cavalcante de Albuquerque - Bairro Cristo Redentor)	mobilidade
Faltam linhas de transporte coletivo para atender a 5ª Regional. A acessibilidade das calçadas é precária, faltam ciclovias e sinalizações nas ruas (5ª Regional)	transporte coletivo / acessibilidade / mobilidade / sinalização
Faltam ciclovias, sinalização e acessibilidade nas calçadas da área da 6ª regional	mobilidade / sinalização / acessibilidade
Falta de BRT	transporte coletivo / mobilidade
Necessidade de mobilidade urbana sustentável, com transporte coletivo elétrico	mobilidade urbana / transporte coletivo
Portal do Sol: problemas de mobilidade e conexão com os bairros próximos	mobilidade / integração
Faltam ciclovias em toda a cidade	mobilidade
Falta regulamentar transporte coletivo alternativo para regiões que os ônibus não chegam	mobilidade
Falta uma política de trânsito mais racionalizada, com boa articulação das vias e redução dos semáforos	mobilidade
Faltam ligações para carro e moto entre São José e Manaíra	mobilidade / integração

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

“Participação” concerne às preocupações que se relacionam com representação popular (tabela 10). Houveram quatro comentários e todos são relacionados à representação no conselho de mobilidade urbana. Diversos problemas sobre “sinalização” também foram pontuados (tabela 11), totalizando nove apontamentos em que a sinalização das ruas é requerida.

Tabela 10 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Participação

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Conselho de mobilidade urbana	participação
A representação da população no conselho de mobilidade urbana não é efetiva e garantida	participação
Faltam representantes dos usuários do transporte coletivo, motoristas de aplicativos e Procon no conselho de mobilidade urbana	participação
Falta garantir a efetiva participação da população no conselho de mobilidade urbana, principalmente dos usuários, motoristas de aplicativo e representantes do Procon	participação

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 11 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Sinalização

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Faltam Semáforos na entrada do Alto do Mateus	sinalização
Falta melhorias na sinalização vertical e horizontal	sinalização
Faltam placas com nomes e CEP das ruas	sinalização
Falta de sinalização (placas e faixas de pedestres) e asfaltamento nas ruas do Condomínio Nice de Oliveira e redondezas	sinalização / infraestrutura
Falta de sinalização nas ruas pavimentadas recentemente	sinalização
Faltam placas de sinalização horizontal e vertical nas ruas que estão sendo pavimentadas	sinalização
Faltam sinalizações nas ruas e rotas de transporte coletivo que atenda a comunidade Taipa	sinalização / transporte coletivo
Faltam linhas de transporte coletivo para atender a 5ª Regional. A acessibilidade das calçadas é precária, faltam ciclovias e sinalizações nas ruas (5ª Regional)	transporte coletivo / acessibilidade / mobilidade / sinalização
Faltam ciclovias, sinalização e acessibilidade nas calçadas da área da 6ª regional	mobilidade / sinalização / acessibilidade

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de ônibus em algumas áreas e pouca oferta em determinados dias e horários	transporte coletivo
Falta de transporte público coletivo	transporte coletivo
Faltam paradas de ônibus com abrigo (Alto do Mateus)	transporte coletivo
Trajetos dos ônibus (Alto do Mateus)	transporte coletivo
Falta reativação e reforma da integração do transporte coletivo.	transporte coletivo
Faltam paradas de ônibus, com proteção ao sol	transporte coletivo
Falta de linhas de ônibus - os ônibus estão sucateados	transporte coletivo
Transporte público desassistido	transporte coletivo
Mandacaru: transporte não vai até as comunidades	transporte coletivo / integração
Mandacaru: transporte público necessita de melhorias	transporte coletivo
Falta revisão dos pontos de ônibus existentes e implantar pontos novos	transporte coletivo
Falta transporte público para bairros vizinhos, praias e comércio (shoppings)	transporte coletivo / integração
Falta transporte público do Condomínio Nice de Oliveira para demais regiões, inclusive o centro da cidade	transporte coletivo / integração
Faltam sinalizações nas ruas e rotas de transporte coletivo que atenda a comunidade Taipa	sinalização / transporte coletivo
Faltam linhas de transporte coletivo para atender a 5ª Regional. A acessibilidade das calçadas é precária, faltam ciclovias e sinalizações nas ruas (5ª Regional)	transporte coletivo / acessibilidade / mobilidade / sinalização
Existem poucos ônibus nos horários de pico e a conservação dos veículos é péssima. O terminal de ônibus ainda é no Cidade Verde (1ª Etapa), as paradas de ônibus sem abrigo e não existe ponto final em Vieira Diniz (8ª Regional)	transporte coletivo
Falta de transporte público nos Colibris	transporte coletivo
Transporte público sucateado	transporte coletivo
CONTINUA	

Tabela 12 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Subcategoria Transporte Coletivo

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
CONTINUAÇÃO	
Falta de BRT	transporte coletivo / mobilidade
São Rafael: transporte precário e falta de iluminação em LED nos postes, especialmente nas praças	transporte coletivo / iluminação pública
Ausência de veículos de mobilidade em massa (trem, metrô, VLT)	transporte coletivo
São José: transporte público precário	transporte coletivo
Necessidade de mobilidade urbana sustentável, com transporte coletivo elétrico	mobilidade urbana / transporte coletivo
Falta controle ativo e em tempo real da lotação dos ônibus. Necessidade de expandir a área de atendimento sem prejudicar a qualidade do serviço	transporte público
Falta criação de transporte complementar, como micro ônibus, para atender a áreas mais rapidamente e que não são atendidas atualmente	transporte coletivo
PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Diálogo entre a população e o poder público sobre o transporte coletivo na 6ª regional	transporte coletivo, participação popular

“Transporte coletivo” se refere às discussões que mencionam as questões do transporte coletivo no município. São vinte e cinco apontamentos (tabela 12), entre os quais se menciona a falta de linhas, a superlotação das existentes e o sucateamento dos automóveis que são utilizados, também é nesta categoria, associada a de “participação”, que encontra-se o último ponto positivo tratando sobre o diálogo com a população sobre o transporte coletivo na sexta regional (tabela 13).

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 13 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Subcategoria Transporte Coletivo - Pontos Positivos

“Uso e ocupação do solo”, assim como mobilidade, está presente como tema principal e por isso abarca algumas considerações, nas dez (tabela 14) categorizadas não se destaca uma demanda específica, citam-se itens como ocupação irregular e incompatibilidade de usos.

Tabela 14 - Tabela Síntese de Uso do Solo e Mobilidade - Uso e Ocupação do Solo

USO DO SOLO E MOBILIDADE	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Aumento de loteamento das praias	uso e ocup. do solo
Existência de áreas de uso exclusivo industrial e residencial	uso e ocup. do solo
Áreas de ocupação irregular	uso e ocup. do solo
Ocupação litoral sul	uso e ocup. do solo
Zoneamento e usos incompatíveis com a região do Alto do Mateus (usos muito poluentes)	uso e ocup. do solo
Existem terrenos abandonados na comunidade Taipa	uso e ocup. do solo
Aeroclube: zoneamento não prioriza usos sociais, coletivos e públicos	uso e ocup. do solo
Uso do solo urbano não é inclusivo para as manifestações culturais populares	uso e ocup. do solo
Zoneamento não incentiva comércio vicinal, de pequeno impacto, artesanal	uso e ocup. do solo
Falta transformar o antigo Aeroclube em parque ambiental, com museu de história ambiental de João Pessoa	uso e ocup. do solo

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

A partir do grupo temático discutido, os próprios subgrupos resultantes sinalizam a natureza das questões abordadas. Dentre estes, destaca-se o transporte público como o maior alvo de comentários, seguido de infraestrutura e mobilidade (fig. 05).

Figura 05 -Síntese de Uso do Solo e Mobilidade

negativo		positivo	
categorias definidas	qtd	categorias definidas	qtd
acessibilidade	8	acessibilidade	
espaço público	2	espaço público	
iluminação pública	12	iluminação pública	1
infraestrutura	19	infraestrutura	1
integração	11	integração	
mobilidade	16	mobilidade	
participação	4	participação	1
sinalização	9	sinalização	
transporte coletivo	25	transporte coletivo	1
uso e ocup. do solo	10	uso e ocup. do solo	

Fonte: Elaborado pela autora

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Diante dos eixos temáticos analisados e seus desdobramentos é possível observar alguns aspectos da vida urbana da população de João Pessoa. Meio ambiente e habitação apresenta o maior volume de demandas, com 143. Seguido de, respectivamente, serviços e equipamentos comunitários, mobilidade e uso do solo e por último, desenvolvimento econômico. A partir das categorias definidas abre-se um leque de temas tratados sob elas (fig. 06).

Figura 06 - Resumo das Subcategorias criadas

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	MOBILIDADE E USO DO SOLO
áreas verdes	assistência social	cultura	acessibilidade
coleta de lixo	cultura	desenvolvimento econômico	espaço público
crise climática	educação	obras públicas	iluminação pública
drenagem urbana	espaço público	participação popular	infraestrutura
educação ambiental	esporte	política pública	integração
energias alternativas	participação	profissionalização	mobilidade
habitação	política pública	saúde pública	participação
iluminação pública	saúde pública	tecnologias alternativas	sinalização
manutenção ambiental	segurança	turismo	transporte coletivo
obras públicas	serviços diversos	uso e ocup. do solo	uso e ocup. do solo
participação popular	LEGENDA *AS CORES MAIS INTENSAS INDICAM OS TEMAS MAIS REPETIDOS EM CADA TÓPICO		
política pública			
poluição			
preservação ambiental			
reciclagem			
regularização fundiária			
saneamento básico			
uso e ocupação do solo			
zeis			

Fonte:
Elaborado
pela autora

Em meio ambiente e habitação, percebe-se a correlação dos itens mais citados - habitação, preservação ambiental e saneamento básico, mas atenta-se também para as demais questões e como os dois temas agrupados para formar esse tópico se relacionam na qualidade de vida da população: coleta de lixo, áreas verdes, poluição, regularização fundiária. Todos os assuntos abordados são essenciais na discussão de uma cidade sustentável. Serviços e equipamentos públicos e culturais evidenciam a necessidade da população desse tipo de assistência e espaço, com foco em educação e saúde pública, uma demanda comum no contexto social brasileiro, mas também destacando espaços públicos como uma forma de lazer, encontro e organização comunitária.

Desenvolvimento econômico destaca políticas públicas de incentivo a esse desenvolvimento, voltado principalmente para pequenos negócios e coloca a cultura local como uma ferramenta possível de investimento. Em mobilidade e uso do solo, destacam-se transporte coletivo, mobilidade e infraestrutura, demandas esperadas em um contexto cujo transporte coletivo é o principal meio de locomoção no dia a dia da população e a demonstração de como sua ineficiência e falta de estrutura podem afetar a rotina de quem necessidade se deslocar pela cidade diariamente.

É relevante pontuar que nos quatro grupos de discussão nota-se a presença do tópico da participação popular, assim como em ¾ se repete políticas públicas e uso e ocupação do solo, ressaltando a importância da construção conjunta dessas políticas e decisões em relação à cidade.

05. correlatos

Como objetos para o estudo de correlatos foram escolhidos três materiais: Cartilha da Cidade (Buzzar et al, 2023), João Pessoa: Nossa Cidade, Nossa História! (TRAMA, 2023) e Cidade Democrática: Uma Construção Participativa (Oliveira, 2023).

1. CARTILHA DA CIDADE

A Cartilha da Cidade (tabela 15) foi desenvolvida na USP São Carlos como parte de um projeto de pesquisa e extensão do grupo ARQUITEC do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU). Ao acrescentar ao conhecimento existente dos moradores em relação a cidade, seu principal objetivo é a formação cidadã, através da estratégia de tornar acessível um conjunto de temas e questões relacionados à vida na cidade.

Tabela 15 - Ficha de análise Cartilha da Cidade

Cartilha da Cidade	
Eixo Temático	O funcionamento da cidade
Público Alvo	Cidadãos em geral
Linguagem Escrita	Linguagem de fácil compreensão
Estratégias De Comunicação	Ilustrações, chamadas de texto nas imagens
Número de Páginas	60

Fonte: Elaborado pela autora

A cartilha desenvolvida pelo ARQUITEC (fig. 07) traz diversas temáticas voltadas à vivência do meio urbano, a exemplo de mobilidade urbana, iluminação pública e resíduos sólidos. A linguagem utilizada se contextualiza com o objetivo de educação cidadã, visto que são utilizadas ilustrações em conjunto com textos de fácil compreensão, escrito na primeira pessoa do plural. O volume de texto é denso e agrupado em parágrafos maiores.

Figura 07 - Cartilha da Cidade



Fonte: Cartilha da Cidade 2023 - IAU/USP - 2ª ed.

2. JOÃO PESSOA: NOSSA CIDADE, NOSSA HISTÓRIA!

João Pessoa: Nossa Cidade, Nossa História! (tabela 16) é um produto do projeto de extensão Cidade e Cidadania vinculado ao escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba - o TRAMA. O objetivo seria uma série de cartilhas voltadas ao público infanto-juvenil sobre a urbanidade da cidade de João Pessoa/PB, na qual o material escolhido seria a primeira edição.

Tabela 16 - Ficha de análise João Pessoa: Nossa Cidade, nossa história!

Cartilha da Cidade	
Eixo Temático	O meio urbano da cidade de João Pessoa
Público Alvo	Infanto-juvenil
Linguagem Escrita	Linguagem de fácil compreensão utilizando-se de expressões informais do cotidiano
Estratégias De Comunicação	Ilustrações, uso de personagens para guiar o conteúdo, mapas
Número de Páginas	45

Fonte: Elaborado pela autora

A cartilha (fig. 08) tem o conteúdo voltado a construir conhecimento sobre a cidade em que se habita, abordando tópicos como o surgimento da cidade e sua expansão, sua geografia e patrimônio.

São utilizadas cores vivas e o conjunto formado por cores, ilustrações e diagramação chama atenção. A linguagem utilizada constrói títulos atraentes e aplica expressões do cotidiano, a exemplo de “Nossa cidade é quente, né?” (TRAMA, 2023, p. 16). O texto também faz pequenas interações com o leitor junto às ilustrações e mapas, utilizando questionamentos como “já ouviu falar?”, “já percebeu?”, “você sabia?”, essas construções podem auxiliar na conexão com o público alvo. O volume de texto é denso, mas há momentos em que a informação é dividida através de recursos gráficos.

Figura 08 - Cartilha João Pessoa: Nossa Cidade, nossa história!



Fonte: João Pessoa: Nossa Cidade, Nossa História!, 2023 - TRAMA. Disponível em:

<https://issuu.com/cidadecidadania/docs/joao_pessoa._nossa_cidade_nossa_historia_>

3. CIDADE DEMOCRÁTICA: UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

A cartilha Cidade Democrática: Uma Construção Participativa (tabela 17) é um trabalho de conclusão de curso apresentado no departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba por Raíssa Oliveira, com o objetivo de produzir um material que auxilie na preparação da população para processos participativos na elaboração de Planos Diretores, com base nos instrumentos apresentados pelo Estatuto da Cidade.

Tabela 17 - Ficha de análise Cidade Democrática: Uma Construção Participativa

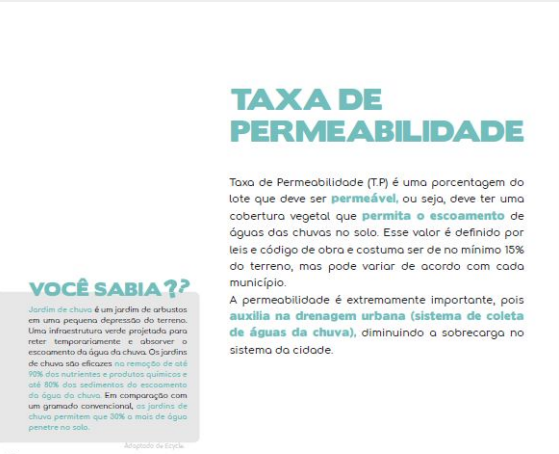
Cartilha da Cidade	
Eixo Temático	Educação urbana voltada a construção do Plano Diretor
Público Alvo	Gestores públicos, corpo técnico, liderança comunitária, militantes e/ou ativistas
Linguagem Escrita	Linguagem de fácil compreensão
Estratégias De Comunicação	Ilustrações, diagramas
Número de Páginas	73

Fonte: Elaborado pela autora

O material desenvolvido (fig. 09) aborda tópicos relevantes para a discussão de planos diretores, a exemplo da dispersão urbana e uso e ocupação do solo, utilizando-se de diagramas como apoio para facilitar a compreensão das ideias. Possui uma linguagem de fácil compreensão, ainda que citando legislações e termos técnicos. A autora recomenda que o material seja acompanhado de reuniões educativas a vista de discutir dúvidas e questionamentos relacionados aos tópicos contidos na cartilha. Há pouco volume de texto, com parágrafos curtos e tamanho de fonte maior.

Fonte: Cidade Democrática: Uma Construção Participativa, 2023 - Raíssa Oliveira

Figura 09 - Cidade Democrática: Uma Construção Participativa

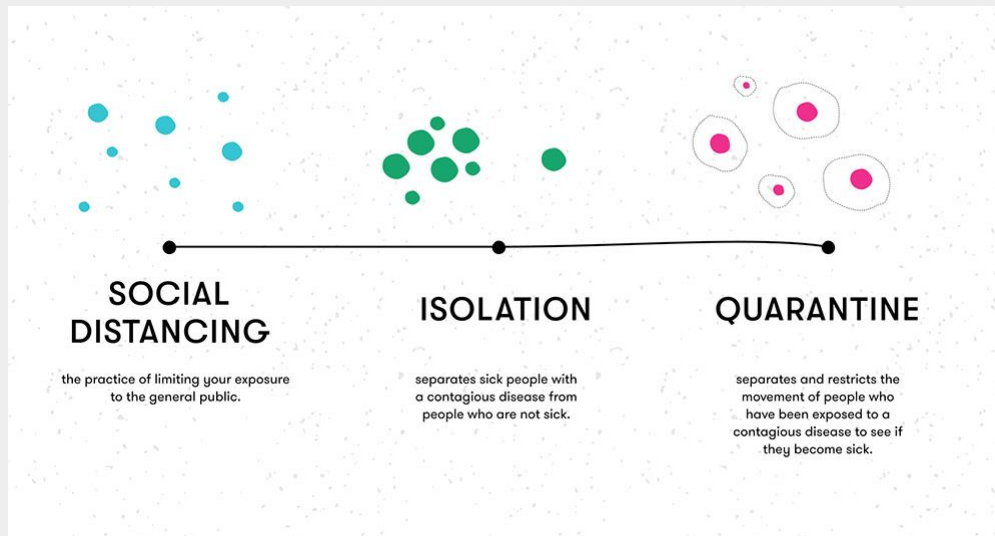


06. aspectos da cartilha

1. ILUSTRAÇÃO

Krukeja (2020) relata que a serviço de proporcionar autonomia, o design deve criar espaço para contexto e significado para alguém que de outra forma não está familiarizado com esses conceitos, exemplificado pelo gráfico a seguir (fig. 10).

Figura 10 - Exemplo do design de informação aplicado à área de saúde em relação ao COVID-19



Fonte:

<https://designobserver.com/feature/information-design-for-healthcare/40286>

Silva e Fonseca (2020, p. 40) citam três dos nove princípios levantados por Meyer (2008) no processo de assimilação de informações multimídia pelo cérebro humano: "I - princípio multimídia: apresentar palavras e figuras em vez de apenas palavras; II - princípio da coerência: reduzir materiais extrínsecos; e III - contiguidade espacial: alocar palavras próximas às respectivas ilustrações." Entende-se, portanto, que a abordagem conjunta do texto escrito somado a figuras é um caminho positivo para a construção da cartilha.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Silva e Fonseca (2017) apud Silva e Fonseca (2020, p. 42) sinalizam a importância de contextualizar o conteúdo e as figuras apresentadas com eventos do cotidiano para o aprendizado ao longo prazo, visto que este "depende da significância da experiência para o aluno." Freire (2002, p. 15) também aborda a vivência como contexto de aprendizado:

"Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?"

A partir disso, ao produzir a cartilha busca-se uma abordagem textual e ilustrativa que se conectem com a vivência da população em relação aos tópicos abordados, visando identificação e assimilação do conteúdo.

3. CORES COMO COMPLEMENTO

Ao tratar de cores, é importante lembrar que cores e suas combinações podem assumir diferentes significados a depender de questões como cultura e vivência pessoal. Farina et al (2011, p. 96) afirma que “as cores constituem estímulos psicológicos para a sensibilidade humana, influenciando no indivíduo, para gostar ou não de algo, para negar ou afirmar, para se abster ou agir.”

Ao produzir a cartilha foram escolhidas cores que se associam com elementos do dia a dia, a exemplo do azul associado a elementos aquáticos e o verde a vegetação, mas não se limitando apenas a esse fator, para que fossem possíveis diferentes composições com o contraste necessário para garantir a legibilidade dos elementos. Buscou-se equilíbrio entre tons mais vibrantes como o vermelho e o amarelo e outros mais suaves, com o objetivo de tornar a cartilha mais chamativa e atrativa, mas sem ocasionar cansaço visual e garantindo sua legibilidade (fig. 11).

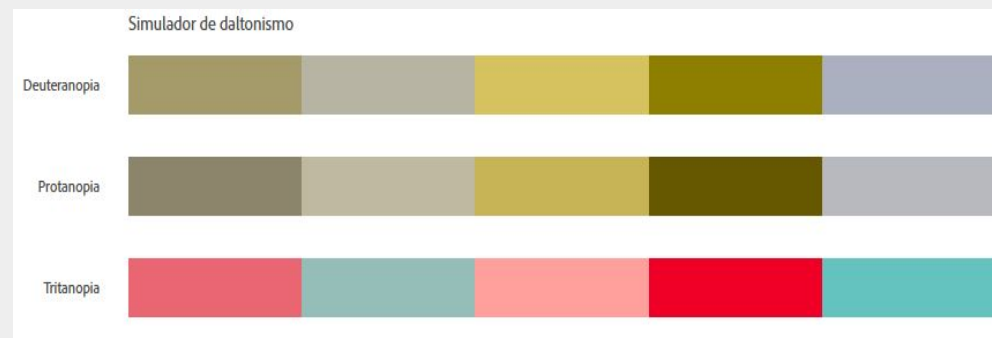
Figura 11 - Paleta principal de cores



Fonte: Adobe Color - Elaborado pela autora

A partir da paleta gerada, também verificou-se através de ferramenta disponível no site Adobe Color se havia contrastes ou tons que se tornassem ilegíveis para pessoas que enxergam as cores de maneiras diferentes (fig. 12).

Figura 12 - Simulação de Daltonismo



Fonte: Adobe Color

4. TIPOGRAFIA

Ao escolher a tipografia, levou-se em consideração a necessidade de proporcionar uma leitura fácil e fluida. Para facilitar a compreensão e atenção, Petterson (2012, p. 68) diz que a variação de layout e tipografia oferecem várias possibilidades para tornar a estrutura da mensagem mais clara, a exemplo da utilização de títulos explícitos. Dessa maneira, foi escolhida a fonte GO BOLD para os títulos principais, visto que se trata de uma fonte de fácil assimilação e destaque. Para o corpo do texto e títulos secundários, foi escolhida a LEXEND, fonte desenvolvida com a intenção de ser limpa e clara, com o objetivo de reduzir estresse visual e aperfeiçoar a performance de leitura (figura 13).

4. TIPOGRAFIA

Figura 13 - Fontes escolhidas para a cartilha



Fonte: Elaborado pela autora

Outra preocupação também destacada por Petterson, é a de não produzir textos longos e sem espaçamento entre si, visto que o distanciamento produz legibilidade, auxilia na hierarquização da informação e leveza visual.

5. TEMAS ABORDADOS

Para a escolha dos temas a serem tratados na cartilha, levou-se em consideração a análise do documento Diagnóstico Comunitário apresentado anteriormente, com o acréscimo de assuntos que foram julgados imprescindíveis para conectar e dar sentido aos demais. No Diagnóstico, destacaram-se os temas de habitação, preservação ambiental, saneamento básico, educação, espaço público, saúde pública, cultura, desenvolvimento econômico, política pública, infraestrutura, mobilidade e transporte coletivo, também foram consideradas as demais categorias definidas expostas na figura 67.

Ressalta-se aqui a intenção de que o volume apresentado seja uma edição introdutória, que permite o desenvolvimento de outros volumes para aprofundar-se em temáticas que sejam consideradas necessárias. Dessa forma, foram abordados:

1. O planejamento, em dois tópicos: **“O que é planejamento urbano?”** e **“E o que temos a ver com isso?”**. Como forma de iniciar o material, nesse momento a temática abordada é introduzida.

2. Uso e Ocupação do Solo, em: **“Como ocupamos o espaço?”**, nesse tema foram abordadas questões como a Lei de Uso e Ocupação do solo e o zoneamento, buscando esclarecer que existe uma ordenação a ser pensada no crescimento e ocupação da cidade. **“Uso Misto”** foi tratado para evidenciar formas de ocupação que diminuem grandes deslocamentos e suas consequências.

3. Mobilidade, dividida em: **“Como nos locomovemos pela cidade?”**, esclarecendo o que é o termo mobilidade urbana e sua influência no nosso dia a dia. **“Transporte Multimodal”** e **“Transporte ativo”**, ambos buscando tratar de formas de mobilidade para além do automóvel individual.

4. Crescimento e Infraestrutura, cujo tópico de **“Ocupar a partir de infraestrutura”** busca demonstrar que a ocupação dispersa necessita de mais investimentos e pode privar a população de infraestruturas básicas por longos períodos de espera, pontuando a alternativa de ocupar locais da cidade que já possuam infraestrutura consumada.

5. Cidade e o Meio Ambiente, dividida em 5 tópicos: Em **“Ilhas de calor”**, aproveitou-se a ideia da ocupação através de infraestrutura para pontuar que essa ocupação deve ser ponderada e planejada, para que não ocorram efeitos colaterais negativos como as ilhas de calor. Em **“Desenvolvimento sustentável”**, pontuou-se a responsabilidade do desenvolvimento sustentável com seus três pilares: social, ambiental e econômico, e a partir disso foram abordados a **“Mudança Climática e a Resiliência Urbana”**, **“O que são cidades resilientes?”** e **“O que tem sido feito a respeito?”**. Nestes últimos tópicos, foram expostas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável urbano, como a utilização de estruturas verdes e azuis. Também são citados os ODS e o Marco de Sendai, tratados mundiais que hoje influenciam na maneira de pensar o meio urbano.

6. **Cultura e Patrimônio** foi elaborado para pontuar a importância da preservação da memória e costumes, para que possam ser incentivados e repassados às futuras gerações.

7. **Legislação** é um tópico que esclarece como a participação incentivada na cartilha é instrumentalizada no Estatuto da Cidade em processos importantes como o de elaboração e aplicação do Plano Diretor e do Orçamento Participativo.

8. **Acesso a Cidade** conclui o material pontuando que o acesso a cidade é um direito coletivo.

6. FORMATO E INDICAÇÃO DE USO

O formato escolhido para a cartilha foi o de 21x21cm, visando um material pequeno, porém completo e legível (fig. 14). Indica-se seu uso tanto no formato impresso quanto digital, em oficinas, capacitações, discussões e similares acerca da temática do planejamento urbano e participação popular.

Figura 14 - Mockup representativo da cartilha impressa



Fonte: Elaborado pela autora

07.

considerações finais

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da temática do planejamento urbano na busca de integrar o cidadão e acentuar sua importância nas discussões da área, objetivo este que se mostra complexo, mas que pode ser aproximado através de pequenas etapas. A partir das investigações realizadas, fica evidente a existência de um contexto de busca por essa participação e o seu registro na legislação brasileira.

Através disso, avalia-se a importância da educação urbana para a formação cidadã e para a consciência do espaço urbano para além de um conjunto de formações espontâneas - existem práticas de planejamento, de construção, formação e pensamento do espaço, que passam por influências de diversos âmbitos que resultam nas cidades vivenciadas por diferentes rotas e óticas das rotinas de seus cidadãos.

Ao elaborar a cartilha, espera-se esclarecer a nível introdutório algumas das discussões presentes na prática profissional e acadêmica da área para o público externo composto por cidadãos que para além do conhecimento técnico, possuem a vivência dos espaços estudados

e discutidos. Para que essa comunicação seja eficiente, foi imprescindível traçar como metodologia o infodesign, como forma de entender o processo de passar a frente uma mensagem, o estudo de correlatos como guia do que têm sido feito com o tema e a análise das tabelas do Diagnóstico Comunitário como tentativa de aproximação do conteúdo com os temas discutidos pela população. Entende-se que mesmo dessa forma, o documento não substitui o contato pessoal e a palavra direta da população e do público alvo e por isso, registra-se a intenção da validação e ajuste do conteúdo após aplicações práticas, não realizadas durante o processo do trabalho por limitações temporais.

Através deste singelo esforço diante de um vasto contexto de produção do espaço urbano, entende-se que a participação popular é indissociável do planejamento e construção de cidades mais justas e sustentáveis, cuja qualidade de vida seja positiva para todos. Acentua-se a importância de uma comunicação transparente, humana e acessível e a conexão entre profissionais e população.

08. referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2001;

BROILO, Francine Roehe. A terminologia da educação urbana para a formação de um cidadão participativo: diretrizes para a criação de um dicionário especializado. Orientador: Profª. Drª. Alexandra Feldekircher Muller. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica do Território Urbano) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2015. 75 p.

FREITAS, E. L. H. DE .; BUENO, L. M. DE M.. Processos participativos para elaboração de Planos Diretores Municipais: inovações em experiências recentes. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, n. 2, p. 304-321, maio 2018.

CAU-PB. CAU/PB se manifesta sobre o processo de revisão do Plano Diretor de João Pessoa. 29 de novembro de 2021. Disponível em:
<<https://www.caupb.gov.br/cau-pb-se-manifesta-sobre-o-processo-de-revisao-do-plano-diretor-de-joao-pessoa/>> . Acesso em : 20 jun. 2024.

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL - CAU BRASIL. CAU EDUCA, 2024. Educação Urbanística e Ambiental no Ensino Fundamental. Disponível em:
<<https://caubr.gov.br/caueduca/>> . Acesso em: 5 jun. 2024.

FARINA, Modesto et al. Psicodinâmica das Cores em Comunicação. 5. ed. rev. e aum. São Paulo: Edgard Blucher, 2006. 189 p. ISBN 85-212-0399-3.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 144 p. ISBN 85-219-0243-3.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

IBGE (ed.). Agências IBGE: Notícias. In: CABRAL , Umberlândia; De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões. [S. l.]: IBGE, 28 jun. 2023. Disponível em:
<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>> Acesso em: 3 jun. 2024.

KAPLÚN, Gabriel (2003). Material educativo: a experiência de aprendizado. Comunicação & Educação, 27, 46-60. Disponível em
<<https://revistas.usp.br/comeduc/article/view/37491>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

KUKREJA, Akansha. Information Design for Healthcare. In: OBSERVER OMNIMEDIA (org.). Design Observer, 24 jul. 2020. Disponível em:
<https://designobserver.com/feature/information-design-for-healthcare/40286>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LEME, Maria Cristina da Silva. A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). Urbanismo no Brasil, 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999. p. 20-38.

referências

LITRE, Gabriela et al. O desafio da comunicação da pesquisa sobre riscos climáticos na agricultura familiar:: a experiência de uso de cartilha educativa no Semiárido nordestino. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 40, p. 207-228, 2017. DOI 10.5380/dma.v40i0.49069. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/49069>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbanístico. In: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos FAU-USP. 2002. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_analfabetismo_urbano.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2024.

MARTINS, Bianca Maria Rego. Design da Informação de Situações de Utilidade Pública. Orientador: Rita Maria de Souza Couto; Celso Braga Wilmer. 2007. Tese (Mestrado em Design) - PUC, Rio de Janeiro, 2007.

BUZZAR, Miguel Antonio [et al.]; Cartilha da Cidade – 2.ed. - São Carlos : IAU/USP, 2023. 60 p. : il.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2012.

NÓBREGA, Abrão Pinto de Oliveira. João Pessoa: nossa cidade, nossa história (ano 02). João Pessoa: Extensão Universitária - Probex; Trama - EMAU, 2023. 44 p.

OLIVEIRA, Raissa Kelly F. A democratização do conhecimento na elaboração do Plano Diretor, à luz da participação popular: Uma cartilha educativa ilustrada. Orientador: Prof.ª Dra. Marcele Trigueiro. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2023. 155 p.

PETTERSSON, Rune. It Depends: Information Design. 4. ed. Tullinge: IIID, 2012. 214 p. ISBN 978-91-85334-24-7.

PMJP, JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL. Diagnóstico Comunitário P3b. João Pessoa - PB, 2021. Disponível em: https://planodiretor.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/115_2021.10.18_P3b_DIAGNOSTICO_COMUNITARIO.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, Kleyfton Soares da; FONSECA, Laerte Silva da. Bases neuroeducativas do papel das ilustrações: Uma proposta de análise de livro didático. Revista Brasileira de Estudos em Pedagogia, Brasília, v. 101, n. 257, p. 36-56, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p. ISBN 8528610136.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p..

APÊNDICE

análise documental

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tabela 01 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico - Não classificado

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de incentivo fiscal estadual	não classificado
Zona sul esquecida	não classificado
Elevado custo da terra	não classificado
Proximidade com Recife dificulta atração de investimentos	não classificado
Falta desburocratização do Empreender-JP para atender aos pequenos negócios situados nos bairros dessa região orçamentária	não classificado
Falta trabalho não pelo dinheiro, e sim por amor à cidade	não classificado
Falta de incentivos fiscais	não classificado
Altos impostos	não classificado
Dificuldades para aquisição de alvarás de funcionamento	não classificado
Insatisfação da população da São Rafael com o descaso	não classificado
Falta fiscalização de empreendimentos	não classificado
Necessidade de facilitar a regulamentação dos empreendimentos	não classificado

Em desenvolvimento econômico, somam-se 74 apontamentos negativos e 24 positivos, a partir das quais foram criadas 10 subcategorias: cultura, desenvolvimento econômico, obras públicas, participação popular, política pública, profissionalização, saúde pública, tecnologias alternativas, turismo e uso e ocupação do solo. Notou-se a necessidade de uma subcategoria para incorporar as demandas em que não é possível identificar especificidade, nomeada como “não classificado”, na qual 19 apontamentos negativos e 4 positivos foram agrupados (tabela. 01 e 02).

Necessidade de facilitar a regulamentação dos empreendimentos	não classificado
Falha no Programa João Pessoa Sustentável afetou trabalhadores da comunidade São Rafael (catadores de reciclagem, criadores de porcos, comerciantes)	não classificado
Faltam projetos para os trabalhadores	não classificado
Carência tecnológica dos projetos	não classificado
Distribuição irregular dos recursos para incentivo do trade turístico e dos pequenos negócios	não classificado
Infraestrutura de comunicação em fibra ótica deficitária	não classificado
Não há Banco de Tempo	não classificado
Descumprimento da legislação municipal por parte dos empreendimentos	não classificado

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tabela 02 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico - Não classificado

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Ritmo de crescimento acelerado	não classificado
Qualidade de vida	não classificado
Distrito industrial	não classificado

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

“**Cultura**” diz respeito às questões relacionadas ao incentivo e ao desenvolvimento cultural, em que pontua-se a falta de apoio, seja em formato de políticas públicas ou de espaços adequados, totalizando nove pontos negativos (tabela 03). No positivo, estão três declarações relacionadas à existência da FUNJOPE, a diversidade artística e cultural local e o potencial do centro histórico da cidade (tabela 04).

Tabela 03 - Tabela
Síntese de
Desenvolvimento
Econômico - Cultura

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Carência de ações de desenvolvimento cultural desde a juventude	cultura
Falta representação no planejamento e no desenvolvimento cultural e na manutenção de tradições	participação popular; cultura
Falta de incentivo à permanência dos jovens nas atividades culturais, em especial a capoeira, e nas comunidades	cultura
Falta de apoio aos mestres e aos grupos de capoeira para manutenção de suas atividades	cultura
Falta de apoio para as apresentações dos grupos culturais dos bairros (capoeira, Ala Ursa, quadrilha etc.)	cultura
Falta de incentivo a apresentações dos grupos culturais, nas feiras, mercados	cultura
Falta de centros culturais para formação artística cultural afro brasileira, especialmente a capoeira (como educação popular e economia criativa)	cultura
Falta de comunicação para visibilidade dos grupos culturais	cultura
Falta de incentivo aos mestres e grupos de cultura do Roger	cultura
Ausência de uma política de estado contínua de valorização da cultura popular	cultura

Tabela 04 - Tabela Síntese de
Desenvolvimento Econômico -
Cultura - Pontos Positivos

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Existência do Funjope	cultura
Diversidade artística e cultural	cultura
Centro histórico	cultura

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Em “**desenvolvimento econômico**”, estão pontuadas principalmente as questões que abordam o desemprego e/ou o incentivo ao comércio, totalizando dezoito pontos negativos e doze positivos (tabela 05 e 06).

Tabela 05 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico - Desenvolvimento Econômico

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta melhoria dos mercados públicos e apoio aos pequenos negócios	desenvolvimento econômico
Falta de políticas que gerem empregos e rendas para o bairro Vista Alegre VI	desenvolvimento econômico
Falta de espaço público para comerciantes do bairro Novo Milênio	uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico
Desemprego	desenvolvimento econômico, política pública
Falta incentivo financeiro para comerciantes (política de empréstimos)	desenvolvimento econômico, política pública
Falta de incentivos para oferta de empregos	desenvolvimento econômico, política pública
Falta de empregos locais. Não tem empresas suficientes para absorver a mão de obra	desenvolvimento econômico, política pública
Burocracia na abertura de novas empresas	desenvolvimento econômico
Falta regulação de MEI	desenvolvimento econômico
Devido à pandemia, muitos comerciantes fecharam as portas	desenvolvimento econômico, política pública
Falta doação de espaços públicos para os comerciantes do bairro Francisco e Novo Milênio	uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Falta doação de espaços públicos para os comerciantes do bairro Francisco e Novo Milênio	uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico
Faltam incentivos para os micros e pequenos empresários do bairro	desenvolvimento econômico
Falta uma feira comunitária	desenvolvimento econômico
Falta um mercado público, cooperativa de catadores e cursos profissionalizantes na 6ª regional	desenvolvimento econômico, profissionalização
Falta de uso de tecnologias também para geração de emprego	desenvolvimento econômico
Necessidade de conciliar as fontes de renda (como reciclagem e hortas) com os novos projetos habitacionais	desenvolvimento econômico
Falta de incentivo às cooperativas de catadores	política pública, desenvolvimento econômico
Faltam pontos comerciais, pois muitas famílias não receberam os seus	desenvolvimento econômico

Tabela 06 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico - Desenvolvimento Econômico - Pontos Positivos

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Forte vocação comercial do Mangabeira	desenvolvimento econômico
Crescimento do comércio (Alto do Mateus)	desenvolvimento econômico
Crescimento no comércio, geração de empregos	desenvolvimento econômico
Projeto de feiras livres	desenvolvimento econômico
Bairro tem potencial de mão de obra	desenvolvimento econômico
Muitas micro e pequenas empresas	desenvolvimento econômico
Há muitos comerciantes e artesãos	desenvolvimento econômico
Potencial agroeconômico na 6ª regional	desenvolvimento econômico
Empreender-JP e Banco Cidadão para micro e pequenos negócios	desenvolvimento econômico
Feiras agroecológicas (mas com necessidade de ampliação)	desenvolvimento econômico
Potencial de crescimento da agricultura urbana e das hortas comunitárias	desenvolvimento econômico
Ampliação dos bancos comunitários com moeda local	desenvolvimento econômico

Nas “**obras públicas**” foram alocadas as demandas voltadas à execução e conclusão de obras sob a responsabilidade da gestão pública, totalizando o total de duas observações negativas (tabela 07). Já em “**participação popular**” se enquadra tudo que envolve o engajamento da população, somando dois apontamentos, um positivo e um negativo (tabela 08).

Tabela 07 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico
- Obras Públicas

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta concluir o projeto da Feira Livre (obras iniciadas em 20/09/2020 com previsão de conclusão para 180 dias, não finalizada)	obras públicas
Falta executar as obras previstas	obras públicas

Tabela 08 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico
- Participação Popular - Pontos Positivos e Negativos

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta representação no planejamento e no desenvolvimento cultural e na manutenção de tradições	participação popular; cultura

PONTOS POSITIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Organização da sociedade civil no Parque Parahyba - Eco Praça	participação popular

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Para “**política pública**”, se enquadram questões voltadas a incentivos e investimentos em diversas áreas, desde suporte ao cenário dos pequenos comerciantes e outras categorias de trabalhadores até demandas de valorização do território, totalizando treze apontamentos (tabela 09). Em uma das declarações, relata-se a “falta de capacitação para o idoso, para garantia da qualidade de vida”, categorizada também como uma questão de saúde pública. Já em “**profissionalização**”, o incentivo requerido é relacionado à qualificação profissional, principalmente para jovens (tabela 10).

Tabela 09 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico
- Política Pública

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta de valorização do território (periferia e comunidades)	política pública
Falta de incentivos para os pequenos comércios, localizados nos bairros, para melhoria do negócio (salão de beleza, artesanato, barbearia, salão de penteados afro, mercados públicos)	política pública, uso e ocupação do solo
Falta de campanhas de comunicação positiva sobre as atividades, as pessoas e as histórias das comunidades	política pública
Falta de capacitação para o idoso, para garantia da qualidade de vida	saúde pública, política pública
Desemprego	desenvolvimento econômico, política pública
Falta incentivo financeiro para comerciantes (política de empréstimos)	desenvolvimento econômico, política pública
Falta de incentivos para oferta de empregos	desenvolvimento econômico, política pública
Falta de empregos locais. Não tem empresas suficientes para absorver a mão de obra	desenvolvimento econômico, política pública
Devido à pandemia, muitos comerciantes fecharam as portas	desenvolvimento econômico, política pública

Fonte:
Relatório do
Diagnóstico
Comunitário,
P3b - PMJP /
Adaptado pela
autora

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Devido à pandemia, muitos comerciantes fecharam as portas	desenvolvimento econômico, política pública
Pagar ao morador ou reduzir impostos por redução da impermeabilidade, com áreas sem cimento e que absorvam água da chuva	política pública
Tito Silva e São Rafael: necessidade de receber investimento	política pública
Falta de incentivo às cooperativas de catadores	política pública, desenvolvimento econômico
Ausência de uma política de incentivo a pequenas e médias empresas que explore as vocações naturais da cidade	política pública

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 10 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico - Profissionalização

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de cursos profissionalizantes para os jovens e mulheres nas periferias	profissionalização
Falta de incentivo aos jovens da periferia para os cursos superiores	profissionalização
Falta qualificação profissional para jovens	profissionalização
Falta de qualificação de agentes de turismo para atender ao potencial turístico local	profissionalização
Falta um mercado público, cooperativa de catadores e cursos profissionalizantes na 6ª regional	desenvolvimento econômico, profissionalização
Falta de cursos profissionalizantes para a juventude e para mulheres em São José e São Luiz na Bessa	profissionalização
Faltam cursos profissionalizantes para as comunidades	profissionalização
Bessa: Faltam programas para os jovens, oferta de cursos e empregos na região	profissionalização

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

“Tecnologias alternativas” foi criada para englobar os pontos que mencionassem o uso de tecnologias alternativas como a energia solar, totalizando dois (tabela 11). No que diz respeito a “turismo”, destaque-se a demanda pelo turismo sustentável com base nas características “locais, ambientais e tradicionais” (tabela 12) da cidade, somam-se três pontos negativos e quatro positivos. A subcategoria de “uso e ocupação do solo” se repete, mas dessa vez trata de área para atuação do comércio local e da delimitação de área rural, e trás como ponto positivo potencial construtivo (tabela 13).

Tabela 11 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico - Tecnologias Alternativas

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de uso de tecnologias, como energia solar e sensoriamento remoto	tecnologias alternativas
Falta de tecnologias sociais alternativas, como compostagem, aproveitamento da água da chuva e biodigestor	tecnologias alternativas

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Polo turístico precisa de novo planejamento: falta integração das comunidades tradicionais com a preservação ambiental	turismo
Falta de uma política de incentivo ao turismo que priorize as características locais, ambientais e tradicionais da cidade	turismo
Falta de capacitação qualificada e contínua do trade turístico	turismo

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Turismo reaquecido	turismo
Existe incentivo ao turismo sustentável	turismo
Turismo de base comunitária na comunidade do Porto do Capim	turismo
Potencial turístico	turismo

Tabela 12 - Tabela Síntese de Turismo - Turismo - Pontos Negativos e Positivos

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 13 - Tabela Síntese de Desenvolvimento Econômico
- Uso e Ocupação do Solo - Pontos Positivos e Negativos

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de espaço público para comerciantes do bairro Novo Milênio	uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico
Falta doação de espaços públicos para os comerciantes do bairro Francisco e Novo Milênio	uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico
Falta criação de área rural na 6ª Regional	uso e ocupação do solo

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Bairro em potencial de construção	uso e ocupação do solo

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Com base na análise do grupo temático de Desenvolvimento Econômico, é perceptível que se trata de um tópico cuja abordagem se relaciona intrinsecamente com investimentos em políticas públicas para geração de empregos e valorização tanto dos comerciantes quanto dos territórios locais, seja para atividades comerciais ou voltadas ao turismo, em que já transparece a preocupação com a sustentabilidade e a prática em consonância com a natureza e sua preservação. Os temas que mais se repetem são desenvolvimento econômico, política pública e profissionalização, com respectivamente 18, 13 e 8 apontamentos.

Figura 01 - Tabela Síntese Subcategorias de Desenvolvimento Econômico

negativo		positivo	
categorias	qtd	categorias	qtd
definidas		definidas	
cultura	10	cultura	10
desenvolvimento econômico	18	desenvolvimento econômico	12
obras públicas	2	obras públicas	-
participação popular	1	participação popular	1
política pública	13	política pública	-
profissionalização	8	profissionalização	-
saúde pública	1	saúde pública	-
tecnologias alternativas	2	tecnologias alternativas	-
turismo	3	turismo	4
uso e ocup. do solo	3	uso e ocup. do solo	1
não classificado	19	não classificado	3

Fonte: Elaborado pela autora

análise documental

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO

No tópico de meio ambiente e habitação estão agrupadas 143 colaborações nos pontos negativos e 19 nos positivos, divididas em 20 subcategorias: áreas verdes, coleta de lixo, comunidade, crise climática, drenagem urbana, educação ambiental, energias alternativas, habitação, iluminação pública, manutenção ambiental, obras públicas, participação popular, política pública, poluição, preservação ambiental, reciclagem, regularização fundiária, saneamento básico, uso e ocupação do solo, zeis. Apesar das diversas divisões, nessa discussão também foi necessário aderir ao “não classificado” para comportar algumas sugestões, que totalizam 10 pontos negativos e 2 positivos (tabela 14).

Tabela 14 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Não classificado

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Carência nos becos de Laranjeiras	não classificado
Falta mais pontualidade nos compromissos, pois muitas vezes demoram até no atendimento	não classificado
Falta ampliação política sócio - educativa no bairro	não classificado
Falta limpeza urbana em todo o bairro Gramame	não classificado
Erros na lei que alterou o FUNDURB durante a pandemia	não classificado
Falta cota de solidariedade	não classificado
Morada em São Rafael construída pelo município e que será tirada da população	não classificado
Parcialidade da justiça: projeto do BID afeta os menores, mas não os maiores	não classificado
Lei 59/2020, em vigor, determina que o FUNDURB, antes destinado prioritariamente à ZEIS, seja usado para todas as áreas da cidade, abrindo a possibilidade para que o recurso seja aplicado também em bairros mais estruturados	não classificado
Edifícios tipo caixão	não classificado

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Moradia fixa	não classificado
Drenagem do rio que corta os bairros	não classificado

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

A subcategoria de “**áreas verdes**” agrupa sugestões envolvendo esses espaços na cidade, como pontos negativos, no total de três, menciona-se a necessidade de mais áreas verdes e a integração entre as existentes, enquanto nos positivos ressalta-se locais já existentes na cidade como o Parque Arruda Câmara (tabela 15). Em “**coleta de lixo**” estão registradas seis demandas negativas e duas positivas no que concerne ao serviço de coleta de lixo da cidade, pontuando principalmente a sua falta e a de coleta seletiva (tabela 16).

Tabela 15 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Áreas verdes

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta a criação de um Polo Ecológico nas áreas do Bessa, Jardim Oceania e Aeroclube e em outras áreas da cidade, com ampla participação popular	áreas verdes
Necessidade de ampliação de áreas verdes	áreas verdes
Necessidade de interligação entre parques e praças com corredores verdes	áreas verdes
PONTOS POSITIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Bica, praças, parque do lixão do Roger	áreas verdes
Parque Arruda Câmara	áreas verdes

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Tabela 16 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Coleta de Lixo

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta coleta de lixo	coleta de lixo
Falta coleta de lixo	coleta de lixo
Falta coleta de lixo (Parque Arruda Câmara e praias)	coleta de lixo
Falta de cobertura universal da coleta seletiva de resíduos sólidos	coleta de lixo
A cidade não conta com uma política de coleta seletiva domiciliar de resíduos sólidos em todos os bairros	coleta de lixo
Comunidades Miramar e Tito Silva: necessidade de disponibilizar coletores de lixo	comunidade, coleta de lixo
PONTOS POSITIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Comunidade Sonho Verde: existe coleta de lixo	comunidade, coleta de lixo
Coleta de lixo	coleta de lixo

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

“**Crise climática**” e “**energias alternativas**” foram criados para categorizar duas demandas específicas, uma de cada, em assuntos que se fazem de suma importância no cenário atual de crise climática global (tabela 17). “**Iluminação pública**” aloca apontamentos que citam o próprio termo, questionando sua falta (tabela 18).

Tabela 17 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Crise Climática e Energias Renováveis

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Aquecimento urbano	crise climática

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta acesso à energia renovável com placas solares para diminuir custo de energia, inclusive nos projetos de regularização	energias alternativas

Tabela 18 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Saneamento Básico

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta saneamento básico e iluminação pública (9ª Regional)	saneamento básico, iluminação pública
Falta saneamento básico e iluminação pública (7ª Regional)	saneamento básico, iluminação pública

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Em “**drenagem urbana**”, encontram-se sete apontamentos negativos relacionados a falta de infraestrutura e impermeabilidade do solo em relação à drenagem urbana. Como ponto positivo, apenas um que pontua desentupimento de galerias (tabela 19). Já “**educação ambiental**” é citada em quatro pontos negativos que mencionam sua ausência e dois que mencionam práticas associadas ao termo (tabela 20).

Tabela 19 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Drenagem Urbana

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta drenagem do José Americo	drenagem urbana
Falta infraestruturas de drenagem urbana no bairro Ernâni Sátiro	drenagem urbana
Falta infraestruturas de drenagem urbana no bairro João Paulo II	drenagem urbana
Problemas de drenagem nos rios e alagamentos na região do bairro João Paulo II	drenagem urbana
Faltam plano de arborização urbana e plano de drenagem urbana sustentável, com jardins de chuva e biovaletas	drenagem urbana
Canais aumentam a impermeabilização	drenagem urbana
Baixa infiltração das águas da chuva reforçada pela baixa taxa de permeabilidade dos lotes, conforme a lei	drenagem urbana

PONTOS POSITIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Desentupimento das galerias	drenagem urbana

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 20 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Educação Ambiental

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta educação ambiental, especialmente em relação aos rios	educação ambiental
Tito Silva e São Rafael: necessidade de estabelecer um diálogo entre meio ambiente e comunidade, para manter a população	educação ambiental, comunidade
São José: falta conscientização e fiscalização ambiental	educação ambiental, preservação ambiental, comunidade
Inexistência de programa de educação ambiental	educação ambiental

PONTOS POSITIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Palestras sobre limpeza e coleta, informando que não pode jogar lixo nos rios	educação ambiental
Presença dos responsáveis, ou seja, fiscais trabalhando e educando mais pessoas, preparando-as para trabalharem junto às comunidades	educação ambiental, comunidade

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

“**Habitação**” engloba todas as demandas que se relacionam com o morar digno, somam-se nessa subcategoria vinte e cinco pontos negativos que abordam questões como déficit habitacional e as consequências de realocação. Como ponto positivo, há apenas uma colocação (tabela 21).

Tabela 21 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Habitação

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Baixa qualidade de vida nas áreas de ocupação	habitação
Vila São Domingos/Altiplano: está em área de preservação há cerca de 35 anos e com 2.000 pessoas	habitação, comunidade
Comunidade Novo Amanhã: cerca de 60 pessoas ou 35 famílias em área/terrenos acidentados, aguardando regularização fundiária	regularização fundiária, habitação, comunidade
Comunidade Jacarapé: precisa de diagnóstico. Necessita de regularização próximo à beira-mar. Não faz questão de sair, mas se precisar que seja para local próximo.	habitação, comunidade
Alagamentos e risco de desabamento em comunidades	habitação, comunidade
Empobrecimento da maioria das pessoas realocadas nos processos de habitação social	política pública, habitação
Superlotação das moradias (coabitação)	habitação
Moradias precárias (40.000 famílias)	habitação
Falta de moradia (20.000 famílias)	habitação
Falta locação/aluguel social	habitação
Desapropriação: embate de grandes empreendimentos contra a comunidade	habitação, uso e ocupação do solo, comunidade
Ocupação desordenada nas comunidades	habitação, comunidade

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Instabilidade das novas habitações temporárias após realocação	habitação
Falta de garantia para moradores que entraram no aluguel social devido a realocação	habitação, políticas públicas
Necessidade de conciliar habitação de interesse social com parque linear	habitação
Déficit habitacional quantitativo de 20.000 moradias e déficit qualitativo de 40.000 moradias em situação precária	habitação
São José: falta construção de moradia popular, pois existem várias moradias em área de risco	habitação, comunidade
São José: retirada das famílias que moram no pé da barreira	habitação, comunidade
Comunidade Padre Hildon Bandeira: falta urbanização da comunidade e construção de moradia popular com dignidade	habitação, comunidade
Necessidade de habitação para moradores de São José e São Luiz	habitação, comunidade
Jardim Oceania/Bessa: áreas de alta densidade populacional em prédios e baixa cobertura vegetal no bairro	habitação, arborização
Infraestrutura e moradias precárias	habitação
Bairros Portal do Sol, Costa do Sol, Gramame, Paratibe, Barra de Gramame e Muçumagro: déficit habitacional quantitativo e qualitativo	habitação
Falta de uma ação efetiva nas áreas verdes já ocupadas por grupos vulneráveis que contemple a necessidade de permanência desses moradores, com reorganização do espaço	habitação
Comunidades ribeirinhas do Bessa: Faltam projetos de regularização fundiária e remoção de áreas de risco	regularização fundiária, habitação, comunidade

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Boa política de habitação (mas carece ampliação)	habitação

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

“**Manutenção ambiental**” trata de demandas que citam manutenções pontuais, com quatro pontos negativos (tabela 22), enquanto “**obras públicas**” trata de projetos maiores, cujas queixas dos dois pontos negativos se relacionam a necessidade e a conclusão de obras públicas e o ponto positivo refere-se a infraestrutura de uma praça (tabela 23).

Tabela 22 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Manutenção Ambiental

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Árvores precisando de poda	manutenção ambiental
Falta manutenção nas áreas verdes do Bairro das Industrias	manutenção ambiental
Necessidade de limpeza trimestral do Rio Jaguaribe	manutenção ambiental
Necessidade de alargamento do mangue para a água do Rio Jaguaribe fluir	manutenção ambiental

Tabela 23 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Obras Públicas

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta conclusão do projeto Parque do Cuiá, criado em 2011	obras públicas
Comunidade Padre Hildon Bandeira: necessidade de reformar o campo da praça Luís Patrício	obras públicas

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Praça e infraestrutura do Campo Radegundes com plantio de árvores	obras públicas

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

“**Participação popular**” diz respeito ao tópicos que envolvem a participação da população na tomada de decisões e concepção de projetos, sendo a falta desse envolvimento a principal queixa dos quatro pontos negativos da categoria, nos três pontos positivos são elogiadas a disponibilidade da própria população para esse diálogo (tabela 24). “**Políticas públicas**” agrupa as demandas que concernem a criação ou aplicação de políticas públicas, totalizando 7 (tabela 25).

Tabela 24 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação

- Participação Popular

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ↕
Falta participação no projeto para a comunidade "Parque ecológico"	participação popular
Necessidade de criação de conselho para articulação entre as comunidades, referente aos instrumentos urbanísticos (cota de solidariedade, IPTU progressivo no tempo, outorga onerosa, FUNDURB)	participação popular
Prefeitura anunciou um projeto para transformar o aeroclube em um parque verde, mas o estudo não contempla a percepção e envolvimento da população em sua concepção	participação popular
Praças concebidas internamente na Diretoria de Planejamento Urbano (DIPLUR) repetem projetos que não correspondem às necessidades da população	participação popular

PONTOS POSITIVOS ▼	CATEGORIA ↕
Comunidade familiar e participativa (Porto do Capim)	participação popular, comunidade
Diálogo entre a comunidade (Porto do Capim)	participação popular, comunidade
Disponibilidade da população para trabalho e para tentar melhorar a cidade	participação popular

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Tabela 25 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Política Pública

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ↕
Falta um plano municipal de responsabilidade ambiental industrial no bairro das indústrias (compensação ambiental das empresas nas unidades de conservação do bairro)	política pública
Empobrecimento da maioria das pessoas realocadas nos processos de habitação social	política pública, habitação
Aplicação das políticas públicas é desigual entre as classes sociais	políticas públicas
Mudança do direcionamento do recurso do FUNDURB, pois deixou de ir para as ZEIS e foi distribuído para toda a cidade	política pública, ZEIS
Tito Silva e São Rafael: necessidade de conter a supervalorização dos terrenos para manter a permanência da população	política pública, comunidade
Falta de garantia para moradores que entraram no aluguel social devido a realocação	habitação, políticas públicas
Necessidade de políticas de hortas comunitárias	política pública

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

As cinco queixas voltadas à “**poluição**” se agrupam principalmente em volta da poluição sonora, pontuando também a emissão de CO² (tabela 26). Na categoria de “**reciclagem**”, o ponto negativo denuncia a falta da coleta de recicláveis e o ponto positivo enfatiza o potencial para tal (tabela 27).

Tabela 26 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Poluição

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Seixas: poluição sonora, principalmente por motos barulhentas e estabelecimentos comerciais que desrespeitam a legislação	poluição
Os principais corredores da cidade registram aumento expressivo da emissão de CO ² devido ao aumento da frota de veículos	poluição
Poluição sonora devido ao aumento da frota de veículos	poluição
Bairro do Seixas e Bancários: descumprimento das leis do Sossego e Paz em relação à poluição sonora	poluição
Aumento da poluição sonora, visual e do ar	poluição

Tabela 27 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Reciclagem

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta coleta de lixo reciclável e comum na comunidade Laranjeiras	reciclagem, coleta de lixo, comunidade
PONTOS POSITIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Potencial para reciclagem	reciclagem

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Em “**preservação ambiental**” estão as demandas que pontuam a necessidade proteção e preservação ambiental, entre os vinte e um pontos negativos, se destaca a preocupação com a poluição dos rios, nos dois pontos positivos fala-se sobre a preservação de uma das áreas verdes da cidade e a limpeza das praias (tabela 28).

Tabela 28 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Preservação Ambiental

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Comunidades Aratu, Sonho Verde, Tiago Neri, Dubai e Vila São Domingos: área verde destruída	preservação ambiental, uso e ocupação do solo, comunidade
Invasão das comunidades, que traz animais peçonhentos e selvagens à cidade	uso e ocupação do solo; preservação ambiental, comunidade
Comunidade Sonho Verde: falta um diagnóstico sobre a situação ambiental e a regularização fundiária	regularização fundiária; preservação ambiental, comunidade
Seixas: nas áreas de APP falta criação de zona especial de preservação (2), que apresenta interesse social e pode dar diretrizes e diagnóstico	uso e ocupação, preservação ambiental
Faltam políticas de preservação e conservação dos rios	preservação ambiental
Falta políticas para despoluição dos rios do município	preservação ambiental
Falta potencializar as fiscalizações ambientais do setor de distribuição da cidade	preservação ambiental
Falta de preservação dos rios do bairro Costa e Silva	preservação ambiental
Qualidade das áreas de preservação, falta de infraestrutura de drenagem urbana e saneamento básico no Bairro das Industrias	preservação ambiental; drenagem urbana; saneamento básico

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Perspectiva de desmatamento dos fragmentos remanescentes	preservação ambiental
Rios Timbó e Laranjeiras sofrem com a falta de urbanização e saneamento da comunidade Santa Bárbara. Situação que se repete em diversas áreas da cidade	preservação ambiental, comunidade
Falta preservação dos remanescentes florestais	preservação ambiental
Danos aos rios devido à poluição	preservação ambiental
Falta de reconhecimento dos trechos de rios e riachos	preservação ambiental
São José: falta conscientização e fiscalização ambiental	educação ambiental, preservação ambiental, comunidade
Comunidade Padre Hildon Bandeira: necessidade de revitalização do Rio Jaguaribe, com retirada do derramamento do esgoto de várias áreas da cidade nesse rio	preservação ambiental, comunidade
Rios que cortam a cidade estão poluídos e matas ciliares são desprotegidas. Falha na fiscalização	preservação ambiental
Impermeabilidade do solo, ilhas de calor, alterações climáticas, aridez no uso e ocupação do solo	preservação ambiental
Rio Gramame, que abastece a cidade, vem sofrendo com excesso de poluição	preservação ambiental
Áreas de risco: abandono das áreas de rios e remanescentes de manguezais e maceiós	preservação ambiental

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Área verde preservada: limpeza e preservação da área da nascente do Rio Cuiá e parque da Jaqueira (Rio Água Fria)	preservação ambiental
Limpeza das praias	preservação ambiental

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /

Adaptado pela autora

“Regularização fundiária” é um termo que aparece por si mesmo em diversas demandas, caracterizando uma necessidade evidente em diversas comunidades da cidade, totalizando quatorze apontamentos relacionados ao assunto (tabela 29). Em “saneamento básico” estão os tópicos que abordam esta estrutura, pontuando principalmente a falta dela nos vinte pontos negativos do subtópico (tabela 30).

Tabela 29 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Manutenção Ambiental

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Comunidade Sonho Verde: cerca de 300 pessoas aguardando a regularização fundiária por 9 anos	regularização fundiária, comunidade
Comunidade Sonho Verde: falta um diagnóstico sobre a situação ambiental e a regularização fundiária	regularização fundiária; preservação ambiental, comunidade
Comunidade Sonho Verde: falta de visibilidade e de regularidade fundiária	regularização fundiária, comunidade
Comunidade de Dubai: cerca de 1.800 famílias, imigrantes venezuelanos, aguardando há um ano e meio por diagnóstico sobre a questão ambiental, se é APP ou não	regularização fundiária, comunidade
Comunidade Aratu: 5.000 pessoas aguardando há cerca de 15 anos pela regularização fundiária. Aratu 1 já está em processo de regularização (MP). Aratu 2 se encontra em área de preservação (cerca de 2.000 pessoas) e vem fazendo pedido de regularização fundiária, junto a reflorestamento e educação ambiental	regularização fundiária, educação ambiental, comunidade
Comunidade Aratu: falta diagnóstico que mostre o verdadeiro zoneamento da área, para saber se as casas estão em APP	regularização fundiária, comunidade

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Comunidade Novo Amanhã: cerca de 60 pessoas ou 35 famílias em área/terrenos acidentados, aguardando regularização fundiária	regularização fundiária, habitação, comunidade
Falta de regularização fundiária	regularização fundiária
Insegurança fundiária	regularização fundiária
Falta de regularização das comunidades por não serem ZEIS	regularização fundiária
Necessidade de regularização fundiária	regularização fundiária
Necessidade de regularização fundiária definitiva no São José, Chatuba e São Luiz	regularização fundiária, comunidade
Comunidade Chatuba: necessidade de plano fundiário	regularização fundiária, comunidade
Comunidades ribeirinhas do Bessa: Faltam projetos de regularização fundiária e remoção de áreas de risco	regularização fundiária, habitação, comunidade

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Tabela 30 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Saneamento Básico

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta atingir 100% de saneamento básico	saneamento básico
Falta saneamento básico	saneamento básico
Esgoto a céu aberto no bairro Jaguaribe	saneamento básico
Falta saneamento básico e drenagem urbana (existem muitos pontos de alagamento) na comunidade do Boleado	saneamento básico, drenagem urbana, comunidade
Falta saneamento básico e drenagem urbana em Cruz das Armas.	saneamento básico, drenagem urbana
Falta saneamento básico e iluminação pública (9ª Regional)	saneamento básico, iluminação pública
Falta saneamento básico e iluminação pública (7ª Regional)	saneamento básico, iluminação pública
Falta coleta e tratamento de esgoto	saneamento básico
Roger: galeria a céu aberto - ex. Frei Afonso	saneamento básico
Padre Zé: esgoto a céu aberto	saneamento básico
Mandacaru: esgoto a céu aberto (Rua Rodrigues Alves)	saneamento básico
Ipê: esgoto a céu aberto	saneamento básico
Falta saneamento básico	saneamento básico
Falta de saneamento básico no bairro Gramame	saneamento básico
Falta saneamento básico no bairro João Paulo II	saneamento básico
Qualidade das áreas de preservação, falta de infraestrutura de drenagem urbana e saneamento básico no Bairro das Industrias	preservação ambiental; drenagem urbana; saneamento básico
Falta de saneamento básico	saneamento básico
Comunidade Padre Hildon Bandeira: necessidade de realocar a galeria pluvial por onde passa esgoto clandestino	saneamento básico, comunidade
Comunidade Miramar: necessidade de manutenção das centrais de esgoto	saneamento básico
Bessa: falta infraestrutura de saneamento básico e drenagem	saneamento básico; drenagem urbana

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

“Uso e ocupação do solo” foi criada para categorizar as demandas voltadas ao uso do território e seus desdobramentos, totalizando onze (tabela 31). Já o subtópico “ZEIS” engloba as sugestões que citam o próprio termo, mencionando em cinco pontos negativos principalmente a falta de sua aplicação e consolidação (tabela 32).

Tabela 31 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação -

Uso e Ocup. do Solo

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Falta compatibilização da regularização fundiária com a situação ambiental, especialmente em relação ao levantamento de áreas de APP	uso e ocupação do solo
Invasão das comunidades, que traz animais peçonhentos e selvagens à cidade	uso e ocupação do solo; preservação ambiental, comunidade
Seixas: nas áreas de APP falta criação de zona especial de preservação (2), que apresenta interesse social e pode dar diretrizes e diagnóstico	uso e ocupação, preservação ambiental
Construções em uso e subutilizadas	uso e ocupação do solo
Limitação de áreas rurais e urbanas	uso e ocupação do solo
Falta diagnóstico dos terrenos e edifícios ociosos	uso e ocupação do solo
O modelo de “quadra fechada” monofuncional, com predominância de edifícios murados, repercute negativamente no espaço público e na qualidade de vida dos moradores, fator agravado pela dependência do automóvel particular nos deslocamentos intraurbanos	uso e ocupação do solo

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Está em curso, há vários anos, a regulação especulativa do mercado imobiliário e de outros segmentos. Avanço de construções e turismo predatório ameaçam riquezas naturais na área costeira	uso e ocupação do solo
Terrenos e edifícios ociosos em estado de abandono e depredação nas áreas centrais, de propriedade pública e privada, sem cumprir a função social da propriedade	uso e ocupação do solo
Existência de áreas verdes abandonadas com ocupações irregulares, muitas por interesses econômicos e imobiliários	uso e ocupação do solo
Verticalização da orla e bairros adjacentes aumentando a onda de calor na cidade	uso e ocupação do solo

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Tabela 32 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - ZEIS

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS ▼	CATEGORIA ▼
Necessidade de transformação de comunidades em ZEIS	ZEIS, comunidades
Falta recuperar e direcionar os recursos do FUNDURB para ZEIS	ZEIS
Falta direcionar o dinheiro da outorga para as ZEIS	ZEIS
Tito Silva e São Rafael: falta estabelecer ZEIS	ZEIS, comunidades
As ZEIS não são respeitadas e ainda são fracas	ZEIS

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Algo observado no eixo de meio ambiente e habitação foi a quantidade de demandas que se relacionam com as comunidades locais. Para analisar essa questão, foi criada uma categoria secundária chamada de “comunidade” para acompanhar todos os pontos que explicitamente tratassem da vida urbana em comunidades. A partir disso, foi possível perceber que das 143 falas, 32 são explicitamente voltadas às demandas de comunidades, entre essas 32 estão em maior número 10 que tratam de regularização fundiária, 8 que tratam de habitação e 7 que demonstram preocupação com questões ambientais (tabela 33).

Tabela 33 - Tabela Síntese de Meio Ambiente e Habitação - Uso e Ocup. do Solo

MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Comunidades Aratu, Sonho Verde, Tiago Neri, Dubai e Vila São Domingos: área verde destruída	preservação ambiental, uso e ocupação do solo, comunidade
Falta coleta de lixo reciclável e comum na comunidade Laranjeiras	reciclagem, coleta de lixo, comunidade
Invasão das comunidades, que traz animais peçonhentos e selvagens à cidade	uso e ocupação do solo; preservação ambiental, comunidade
Comunidade Sonho Verde: cerca de 300 pessoas aguardando a regularização fundiária por 9 anos	regularização fundiária, comunidade
Comunidade Sonho Verde: falta um diagnóstico sobre a situação ambiental e a regularização fundiária	regularização fundiária; preservação ambiental, comunidade
Comunidade Sonho Verde: falta de visibilidade e de regularidade fundiária	regularização fundiária, comunidade
Comunidade de Dubai: cerca de 1.800 famílias, imigrantes venezuelanos, aguardando há um ano e meio por diagnóstico sobre a questão ambiental, se é APP ou não	regularização fundiária, comunidade

Comunidade Aratu: 5.000 pessoas aguardando há cerca de 15 anos pela regularização fundiária. Aratu 1 já está em processo de regularização (MP). Aratu 2 se encontra em área de preservação (cerca de 2.000 pessoas) e vem fazendo pedido de regularização fundiária, junto a reflorestamento e educação ambiental	regularização fundiária, educação ambiental, comunidade
Comunidade Aratu: falta diagnóstico que mostre o verdadeiro zoneamento da área, para saber se as casas estão em APP	regularização fundiária, comunidade
Vila São Domingos/Altiplano: está em área de preservação há cerca de 35 anos e com 2.000 pessoas	habitação, comunidade
Comunidade Novo Amanhã: cerca de 60 pessoas ou 35 famílias em área/terrenos acidentados, aguardando regularização fundiária	regularização fundiária, habitação, comunidade
Comunidade Jacarapé: precisa de diagnóstico. Necessita de regularização próximo à beira-mar. Não faz questão de sair, mas se precisar que seja para local próximo.	habitação, comunidade
Falta saneamento básico e drenagem urbana (existem muitos pontos de alagamento) na comunidade do Boleado	saneamento básico, drenagem urbana, comunidade
Alagamentos e risco de desabamento em comunidades	habitação, comunidade
Necessidade de transformação de comunidades em ZEIS	ZEIS, comunidades
Rios Timbó e Laranjeiras sofrem com a falta de urbanização e saneamento da comunidade Santa Bárbara. Situação que se repete em diversas áreas da cidade	preservação ambiental, comunidade
Tito Silva e São Rafael: necessidade de estabelecer um diálogo entre meio ambiente e comunidade, para manter a população	educação ambiental, comunidade
Tito Silva e São Rafael: necessidade de conter a supervalorização dos terrenos para manter a permanência da população	política pública, comunidade
Tito Silva e São Rafael: falta estabelecer ZEIS	ZEIS, comunidades

Desapropriação: embate de grandes empreendimentos contra a comunidade	habitação, uso e ocupação do solo, comunidade
Ocupação desordenada nas comunidades	habitação, comunidade
São José: falta conscientização e fiscalização ambiental	educação ambiental, preservação ambiental, comunidade
São José: falta construção de moradia popular, pois existem várias moradias em área de risco	habitação, comunidade
São José: retirada das famílias que moram no pé da barreira	habitação, comunidade
Comunidade Padre Hildon Bandeira: falta urbanização da comunidade e construção de moradia popular em quantidade	habitação, comunidade
Comunidade Padre Hildon Bandeira: necessidade de revitalização do Rio Jaguaribe, com retirada do derramamento do esgoto de várias áreas da cidade nesse rio	preservação ambiental, comunidade
Necessidade de regularização fundiária definitiva no São José, Chatuba e São Luiz	regularização fundiária, comunidade
Necessidade de habitação para moradores de São José e São Luiz	habitação, comunidade
Comunidade Chatuba: necessidade de plano fundiário	regularização fundiária, comunidade
Comunidade Padre Hildon Bandeira: necessidade de realocar a galeria pluvial por onde passa esgoto clandestino	saneamento básico, comunidade
Comunidades Miramar e Tito Silva: necessidade de disponibilizar coletores de lixo	comunidade, coleta de lixo
Comunidades ribeirinhas do Bessa: Faltam projetos de regularização fundiária e remoção de áreas de risco	regularização fundiária, habitação, comunidade

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Figura 02 - Tabela Síntese
Subcategorias de Meio Ambiente e
Habitação

Fonte: Elaborado pela autora

Algo observado no eixo de meio ambiente e habitação foi a quantidade de demandas que se relacionam com as comunidades locais. Para analisar essa questão, foi criada uma categoria secundária chamada de “comunidade” para acompanhar todos os pontos que explicitamente tratassem da vida urbana em comunidades. A partir disso, foi possível perceber que das 143 falas, 32 são explicitamente voltadas às demandas de comunidades, entre essas 32 estão em maior número 10 que tratam de regularização fundiária, 8 que tratam de habitação e 7 que demonstram preocupação com questões ambientais (fig. 02).

pontos negativos		pontos positivos	
categorias definidas	qtd	categorias definidas	qtd
áreas verdes	3	áreas verdes	2
coleta de lixo	6	coleta de lixo	2
crise climática	1	crise climática	
drenagem urbana	7	drenagem urbana	1
educação ambiental	4	educação ambiental	2
energias alternativas	1	energias alternativas	
habitação	25	habitação	1
iluminação pública	2	iluminação pública	
manutenção ambiental	4	manutenção ambiental	
obras públicas	2	obras públicas	1
participação popular	4	participação popular	3
política pública	7	política pública	
poluição	5	poluição	
preservação ambiental	21	preservação ambiental	2
reciclagem	1	reciclagem	
regularização fundiária	14	regularização fundiária	
saneamento básico	20	saneamento básico	
uso e ocupação do solo	11	uso e ocupação do solo	
zeis	5	zeis	
não classificado	10	não classificado	2

análise documental

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

A discussão de serviços e equipamentos comunitários e sociais possui por si mesmo um viés mais específico, por se tratar de um tópico mais direcionado. Com base nisso, foram criadas 10 subcategorias para os 126 pontos negativos e 7 positivos : assistência social, cultura, educação, espaço público, esporte, participação, política pública, saúde pública, segurança e serviços diversos, além dos 9 pontos que se enquadraram na categoria de “não classificado” (tabela 34).

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta maior assistência de equipes	não classificado
Padre Zé: rio adentra as casas	não classificado
Falta um acesso ao bairro Padre Zé	não classificado
Mandacaru: equipamento da prefeitura sendo ocupado por uma família	não classificado
Falta acessibilidade	não classificado
Dificuldade de acesso a matrículas	não classificado
Faltam opções de entretenimento, também para geração de retorno	não classificado
Recursos indo para parques, mas faltando investimentos sociais	não classificado
Falha ao aplicar as mesmas políticas públicas para todas as classes sociais	não classificado

Tabela 34-

Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos Comunitários e Sociais - Não classificado

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Referido à “**assistência social**”, são doze pontos negativos associados principalmente a ausência ou a reforma de CRAS (tabela 35). Nos dez pontos negativos em “**cultura**”, registra-se a ausência de equipamentos culturais e do incentivo a atividades do mesmo âmbito (tabela 36).

Tabela 35 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos Comunitários e Sociais - Assistência Social

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta assistência social	assistência social
Padre Zé: Falta reforma nos CRAS, creches e postos policiais	assistência social, educação, segurança
Mandacaru: falta melhorar o Centro de Cidadania/CRAS	assistência social
Mandacaru: falta melhorar o atendimento e projetos aos idosos nos CRAS, falta atenção à capoterapia	assistência social, política pública
Falta CRAS no Roger	assistência social
Faltam CRAS	assistência social
Faltam assistentes sociais	assistência social
Faltam reformas nos USFs (para ampliação) e CRAS	saúde, assistência social
Falta centro de referência ao idoso, CRAS e CRC no Bairro das Indústrias	saúde pública, assistência social
Faltam equipamentos de lazer, CRAS e CREI nos bairros Costa e Silva e na comunidade Taipa	espaço público, assistência social, educação
Comunidade Padre Hildon Bandeira: falta de CRAS	assistência social
Comunidade Miramar: falta de quadra desportiva ou ginásio e de CRAS	esporte, assistência social

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 36 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos Comunitários e Sociais - Cultura

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA 
Fim do circuito cultural das praças	cultura
Faltam incentivos a aulas de música e teatro	cultura
Faltam equipamentos culturais, de saúde e educação na região dos conjuntos habitacionais da 9ª Regional	cultura, saúde pública, educação
Faltam centros culturais (Alto do Mateus)	cultura
Roger: Faltam centros culturais	cultura
Mandacaru: faltam esporte e cultura para jovens e adolescentes	esporte, cultura
Falta um centro cultural dos quilombolas	cultura
Faltam centros culturais nas regionais	cultura
Falta de equipamentos para a cultura popular	cultura
Falta fomento de atividades culturais e esportivas nas comunidades e dentro das escolas	cultura, esporte

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Novamente a maior queixa trata-se da falta de equipamentos, dessa vez na subcategoria de “**educação**”, criada para agrupar demandas relacionadas à educação pública, em que menciona-se principalmente a ausência de creches. São trinta e três pontos negativos e três positivos (tabela 37).

Tabela 37 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos Comunitários e Sociais - Educação

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA 
Carência da infraestrutura das escolas	educação
Falta mudar a visão do que é uma educação de qualidade e educação continuada e falta ir além do quadro e da sala de aula	educação
Faltam equipamentos educacionais para jovens e adultos (9ª Regional)	educação
Faltam equipamentos de saúde e educação no bairro Alto do Mateus	saúde pública, educação
Faltam equipamentos culturais, de saúde e educação na região dos conjuntos habitacionais da 9ª Regional	cultura, saúde pública, educação
Faltam creches na região da comunidade do Boleado	educação
Roger: Poucas escolas com ensino médio	educação
Roger: Falta climatização nas escolas	educação
Padre Zé: Faltam cursos profissionalizantes	educação
Padre Zé: Falta reforma nos CRAS, creches e postos policiais	assistência social, educação, segurança
Padre Zé: falta pintura das escolas	educação
Ipê: falta reforma da creche João Tota e construção	educação

CONTINUA

Mandacaru: falta reformar e construir novas creches	educação
Falta a construção do berçário no CREI Assis Tavares	educação
Faltam escolas públicas e reformas nas existentes	educação
Faltam creches públicas, como no Marinês e Colinas do Sul	educação
Densidade populacional alta com poucas escolas (ex. bairro Gramame)	educação
Necessidade de reforma na escola quilombola	educação
Faltam cursos profissionalizantes nas escolas e também cursos de idioma, centros de formação e creches no Bairro das Indústrias e na comunidade Taipa	educação
Faltam equipamentos de lazer, CRAS e CREI nos bairros Costa e Silva e na comunidade Taipa	espaço público, assistência social, educação
Faltam cursos profissionalizantes nas escolas municipais, cursos de idioma e centros da juventude na comunidade Taipa e no Bairro das Indústrias	educação
Faltam creches, USFs e segurança pública no bairro Costa e Silva	educação, saúde, segurança
São José: falta construção de praças e escolas	espaço público, educação
Comunidade Padre Hildon Bandeira: necessidade de construção de creches	educação

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Comunidade Padre Hildon Bandeira: faltam mais creches e reforma na já existente	educação
Evasão escolar de crianças e adolescentes da 13ª região	educação
Falta de creche que assista à comunidade Tito Silva e o Miramar. Nas creches existentes, há dificuldade de acesso da população em detrimento de pessoas com alto poder aquisitivo	educação
Bessa: Falta de PSF, creche, escola de ensino médio, Equilíbrio do Ser, casa de abrigo para idosos	saúde pública, educação
Falta de creches noturnas na cidade. Projeto de lei "Mamãe coruja" pautada na Câmara dos Vereadores	educação
Bessa: faltam creches para atender todas as comunidades	educação
Bessa: manutenção das unidades de saúde e creches existentes é precária	saúde pública, educação
Bessa e São José: faltam berçários nas creches	educação
Bessa: falta manutenção nas escolas	educação

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Reforma do Colégio Municipal Almirante Barroso	educação
Escolas públicas amplas	educação
Kits escolares e refeições escolares	educação

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 38 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos Comunitários e Sociais - Espaço Público

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Faltam áreas de estar e convivência	espaço público, saúde pública
Organização da feira livre (Alto do Mateus)	espaço público
Faltam Praças e manutenção das existentes na região do Alto do Mateus	espaço público
Faltam praças e áreas de lazer para a Comunidade do Boleado	espaço público
Faltam Quadras na comunidade Porto do Capim	espaço público
Falta construir praças novas e reformar as antigas	espaço público
Roger: faltam praças	espaço público
Falta acesso ao esporte e lazer e equipamentos comunitários, como praças, espaços de lazer e academia ao ar livre	esporte, espaço público
Falta construção de mercado público onde se localiza a Feira do Grotão ou próximo a ela	espaço público
Falta finalizar obras do mercado público (Colinas do Sul)	espaço público
Falta finalizar obras do Centro Cultural (Gramame)	espaço público
Falta centro cultural, subprefeitura e praças nos bairros Grotão e Bairro das Indústrias	espaço público
Falta centro cultural, subprefeitura e praças nos bairros Grotão e Bairro das Indústrias	espaço público
Faltam equipamentos de lazer, CRAS e CREI nos bairros Costa e Silva e na comunidade Taipa	espaço público, assistência social, educação
Faltam CRC, CRAS, Centro para idosos, subprefeitura e áreas de lazer no Bairro das Indústrias	serviços diversos, assistência social, saúde pública, espaço público
São José: falta construção de praças e escolas	espaço público, educação
Comunidade Miramar: falta reforma no posto de saúde e no mercado público	saúde, espaço público
Comunidade Tito Silva: necessidade de reforma do espaço comunitário (CEIFA)	espaço público

Em “**espaço público**” foram alocadas todas as demandas relacionadas a espaços públicos para a realização de atividades como feiras, atividades culturais e práticas de lazer. Nesse sentido, destaca-se a necessidade por praças e lazer (tabela 38) no total de dezessete pontos negativos. No que diz respeito ao “**esporte**”, nos onze pontos negativos se repetem questões como a falta de espaços adequados para a realização dos esportes e a falta de incentivo para tal (tabela 39).

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 39 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos
Comunitários e Sociais - Esportes

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Desvinculação do esporte com a educação	esporte
Falta de incentivo aos jovens no esporte	esporte
Falta ginásio poliesportivo no bairro Alto do Mateus	esporte
Mandacaru: faltam esporte e cultura para jovens e adolescentes	esporte, cultura
Faltam políticas de incentivo ao esporte	esporte
Falta acesso ao esporte e lazer e equipamentos comunitários, como praças, espaços de lazer e academia ao ar livre	esporte, espaço público
Faltam equipamentos de esporte (Ginásio, praças com academia para terceira idade, quadras poliesportivas e campo de futebol)	esporte
Falta fomento de atividades culturais e esportivas nas comunidades e dentro das escolas	cultura, esporte
Comunidade Miramar: falta de quadra desportiva ou ginásio e de CRAS	esporte, assistência social
Bessa e São José: faltam equipamentos esportivos, como ginásio e quadras	esporte
São José: falta quadra poliesportiva nos novos residenciais do bairro	esporte

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

“Participação popular” abarca um ponto negativo que menciona a falta de diálogo entre população e poder público (tabela 40). Já “políticas públicas” enquadra as demandas relacionadas a projetos e investimentos públicos, a exemplo da cozinha comunitária, cuja ausência ou melhoria é citada em três dos cinco pontos negativos da categoria (tabela 41).

Tabela 40 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos
Comunitários e Sociais - Participação Popular

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta de diálogo das comunidades da 7ª Regional com o poder público	participação popular

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Tabela 41 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos
Comunitários e Sociais - Política Pública

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta uma cozinha comunitária para a região de Cruz das Armas.	política pública
Faltam cozinhas comunitárias (Alto do Mateus)	política pública
Atenção do poder público na comunidade do Boleado	política pública
Mandacaru: falta melhorar o atendimento e projetos aos idosos nos CRAS, falta atenção à capoterapia	assistência social, política pública
Faltam melhorias na cozinha comunitária	política pública

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP /
Adaptado pela autora

Em “saúde pública” foram agrupadas as demandas voltadas a questões de saúde pública (tabela 42). Nos quarenta pontos negativos são citadas a falta de profissionais e de bom atendimento, falta de infraestrutura e serviços. Nos dois pontos positivos cita-se a vacinação em dia e um bom PSF.

Tabela 42 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos Comunitários e Sociais - Saúde Pública

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta reforma das unidades de saúde	saúde pública
Faltam profissionais e bom atendimento nas unidades de saúde	saúde pública
Falta mapeamento das áreas que não são cobertas pelo sistema de saúde	saúde pública
Necessidade de ampliação do CRAs e atualização dos cadastros	saúde pública
Faltam áreas de estar e convivência	espaço público, saúde pública
Falta preparação para atender à 3ª idade	saúde pública
Sala de atendimento do dentista não está em funcionamento. Faltam também medicamentos e o atendimento não é bom na unidade de saúde do bairro Cruz das Armas.	saúde pública
Visitas dos agentes comunitários e de saúde as casas da comunidade de Cruz das Armas não é regular.	saúde pública
Faltam equipamentos de saúde e educação no bairro Alto do Mateus	saúde pública, educação
Faltam equipamentos culturais, de saúde e educação na região dos conjuntos habitacionais da 9ª Regional	cultura, saúde pública, educação
Faltam CREIS (Alto do Mateus)	saúde pública
Faltam mobiliários para prática de exercícios na comunidade Porto do Capim	saúde pública

Atendimento na Unidade de Saúde da comunidade do Boleado	saúde pública
Falta posto de saúde	saúde pública
Roger: PSF sem médicos, remédios e atendimento noturno. Demora na realização de cirurgias	saúde pública
Ipê: falta equipamento de ginástica na praça da Escola Luiz Augusto Crispim	saúde pública
Mandacaru: falta melhorar o atendimento ao público no posto de saúde	saúde pública
Mandacaru: ausência de atendimento odontológico	saúde pública
Mandacaru: farmácia PSF não funciona	saúde pública
Mandacaru: falta programa de medicamentos	saúde pública
Faltam PSF	saúde pública
Faltam políticas públicas para saúde da mulher e do homem	saúde pública
Faltam reformas nos USFs (para ampliação) e CRAS	saúde pública, assistência social
Falta higiene, melhoria nas condições de trabalho e abastecimento de medicamentos e insumos gerais nos USFs	saúde pública
Faltam centros de referência para os idosos	saúde pública
Faltam medicações básicas nas unidades de saúde	saúde pública
Faltam médicos na unidade de saúde Padre Ibiapina	saúde pública
Qualificação profissional das equipes das USFs. Faltam também controle nas emissões de exames, medicamentos e médicos	saúde pública
Falta centro de referência ao idoso, CRAS e CRC no Bairro das Indústrias	saúde pública, assistência social
Falta qualificação dos grupos de atendimento nas USF, assim como médicos e medicamentos.	saúde pública
Faltam também unidades de saúde na comunidade Taipa	saúde pública
Faltam CRC, CRAS, Centro para idosos, subprefeitura e áreas de lazer no Bairro das Indústrias	serviços diversos, assistência social, saúde pública, espaço público
Faltam creches, USFs e segurança pública no bairro Costa e Silva	educação, saúde pública, segurança
São Rafael: falta de médicos na UPA	saúde pública

Comunidade Padre Hildon Bandeira: necessidade de infraestrutura, como a construção de PSF integrado	saúde pública
Comunidade Miramar: falta reforma no posto de saúde e no mercado público	saúde pública, espaço público
Bessa: Falta de PSF, creche, escola de ensino médio, Equilíbrio do Ser, casa de abrigo para idosos	saúde pública, educação
Falta unidade de saúde para o Bessa. Pois existe apenas uma para todas as comunidades da região	saúde pública
Bessa: manutenção das unidades de saúde e creches existentes é precária	saúde pública, educação
São José: falta manutenção para a unidade de saúde São José	saúde pública
São José: faltam serviços e qualidade no atendimento na unidade de saúde	saúde pública

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Vacinação em dia, boa articulação da Prefeitura na pandemia	saúde pública
PSF amplos e com ótimas equipes	saúde pública

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

“Segurança” agrupa todas as demandas voltadas à segurança pública, cuja ausência ou ineficácia são mencionadas nos sete pontos negativos. Em contraste, apenas um ponto positivo está presente (tabela 43). A subcategoria de “serviços diversos” foi criada para classificar por serviços diversos, seja de atendimento ao público ou obras públicas, totalizando quatro pontos negativos e um positivo (tabela 44).

Tabela 43 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos Comunitários e Sociais - Segurança

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta posto de polícia	segurança
Roger: Segurança pública precária	segurança
Padre Zé: Falta reforma nos CRAS, creches e postos policiais	assistência social, educação, segurança
Mandacaru: segurança pública precária, falta mais uma base	segurança
Faltam creches, USFs e segurança pública no bairro Costa e Silva	educação, saúde pública, segurança
Bessa: falta segurança pública efetiva nas comunidades	segurança
Falta segurança nos equipamentos públicos	segurança

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Segurança na região de Ernani Sátiro	segurança pública

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

Tabela 44 - Tabela Síntese de Serviços e Equipamentos Comunitários e Sociais - Serviços Diversos

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
PONTOS NEGATIVOS	CATEGORIA
Falta serviços de pagamentos (casas lotéricas) em Colinas do Sul	serviços diversos
Faltam CRC, CRAS, Centro para idosos, subprefeitura e áreas de lazer no Bairro das Indústrias	serviços diversos, assistência social, saúde pública, espaço público
Falta de banheiros públicos de qualidade	serviços diversos
Falta de equipamentos municipais para qualificação para o trade turístico	serviços diversos

PONTOS POSITIVOS	CATEGORIA
Boas ruas e calçadas	serviços diversos

Fonte: Relatório do Diagnóstico Comunitário, P3b - PMJP / Adaptado pela autora

No grupo temático voltado a serviços e equipamentos comunitários, entre as subcategorias definidas, destacam-se respectivamente saúde pública, educação e espaço público (fig. 03). A partir disso, é possível perceber a grande carência de acesso da população geral a serviços básicos de educação e saúde, assim como a área de atividades comunitárias e espaços públicos de lazer.

pontos negativos		pontos positivos	
categorias	qtd	categorias	qtd
definidas		definidas	
assistência social	12	assistência social	
cultura	10	cultura	
educação	33	educação	3
espaço público	17	espaço público	
esporte	11	esporte	
participação	1	participação	
política pública	5	política pública	
saúde pública	40	saúde pública	2
segurança	7	segurança	1
serviços diversos	4	serviços diversos	1
não classificados	9	não classificados	

Figura 03 -
Tabela Síntese
Subcategorias de
Serviços e
Equipamentos
Comunitários e
Sociais

Fonte: Elaborado
pela autora

CARTILHA



SE ESSA CIDADE FOSSE MINHA

UMA CARTILHA
INFORMATIVA
SOBRE O
PLANEJAMENTO
DA CIDADE

FICHA TÉCNICA

AUTORA:

Larissa Bernardo Ferreira

ILUSTRAÇÃO E PROJETO GRÁFICO:

Larissa Bernardo Ferreira

SOB ORIENTAÇÃO DE:

Juliana Demartini

CONTATO:

juliana.demartini.au@gmail.com
bernardoflarissa@gmail.com

Volume 1 - 1ª ed.
JOÃO PESSOA, 2024



CONTEÚDO

01 APRESENTAÇÃO 01

02 PLANEJAMENTO

O que é Planejamento Urbano? 02

E o que temos a ver com isso? 04

03 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Como ocupamos a cidade? 06

Uso misto 08

04 MOBILIDADE

Como nos locomovemos pela cidade? 10

Transporte Multimodal 12

Transporte Ativo 13

05 CRESCIMENTO E INFRAESTRUTURA

Ocupar a partir de infraestrutura 14

06 CIDADE E O MEIO AMBIENTE

Ilhas de Calor	16
Desenvolvimento Sustentável	17
Mudança Climática e Resiliência Urbana	18
O que são cidades resilientes?	19
O que tem sido feito a respeito?	20

07 CULTURA E PATRIMÔNIO

22

08 LEGISLAÇÃO

24

09 ACESSO A CIDADE

26

10 REFERÊNCIAS

28

APRESENTAÇÃO

A presente cartilha foi desenvolvida com o objetivo de disseminar conhecimentos relacionados a temática do planejamento urbano e sua influência no nosso dia a dia. Para isso, serão abordados temas gerais presentes nessas discussões e práticas, com a esperança de esclarecer questões e aproximar os cidadãos de uma visão mais cuidadosa sobre nossas cidades.

O QUE É PLANEJAMENTO URBANO?

TODA CIDADE É PLANEJADA?

Temos o hábito de relacionar o termo “**cidade planejada**” com cidades que tiveram suas ruas e bairros projetados assim como Brasília. No entanto, o planejamento - ou a falta dele - está presente no dia a dia de todo município.

À medida que nossas cidades crescem, é necessário planejar essa expansão para gerenciar e direcionar os recursos disponíveis para onde eles são necessários e para garantir nossa qualidade de vida. A essa prática é dado o nome de **planejamento urbano**.

a cidade cresce
e chegam

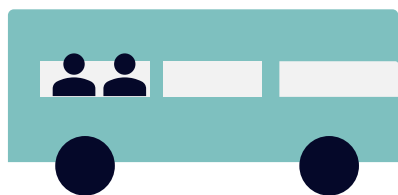
+ **PESSOAS**



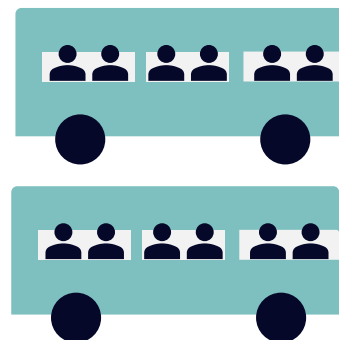
mais pessoas
significam mais
demanda por:



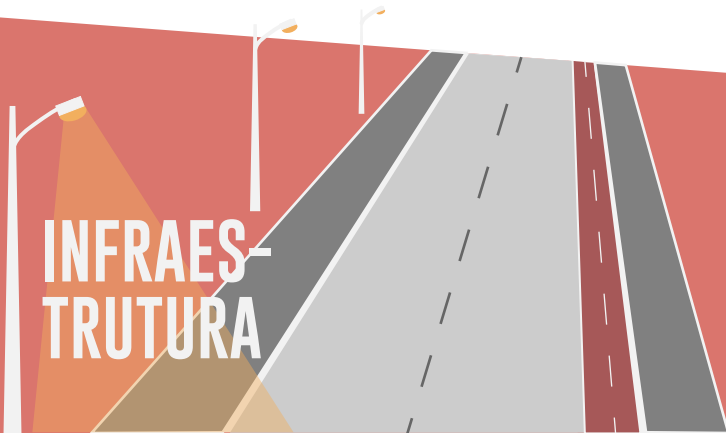
HABITAÇÃO



TRANSPORTE



INFRAESTRUTURA



E LAZER



E O QUE TEMOS A VER COM ISSO?

A CIDADE É NOSSA

Quando construímos uma casa, queremos poder fazê-la da maneira que melhor atenda nossas necessidades: quantos quartos, quantos banheiros, tamanho da sala e da cozinha. Mas e se eu te contar que é direito nosso opinar também nas questões da cidade?

Nossas casas são individualmente nossas, mas a cidade deve atender a demanda de todos. Transporte público de qualidade, energia elétrica, água encanada, saneamento, escolas, postos de saúde e lazer próximos de casa, essas e outras são questões do dia a dia de quem mais vive a vida urbana.

UMA CIDADE



SE CONSTRÓI

MAIS JUSTA



EM CONJUNTO

Por isso é importante estar atento, se informar e usufruir do nosso direito cidadão de fazer parte da construção da cidade em que vivemos para que essas questões não sejam esquecidas ou negligenciadas. Dividimos esse espaço comum com muitas pessoas, instituições e interesses, é importante que exista voz para as demandas da população para que as decisões não sejam tomadas sem nosso conhecimento e consentimento.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

COMO OCUPAMOS A CIDADE?

Quando conversamos sobre uso e ocupação do solo, estamos falando sobre a maneira como os espaços da cidade são utilizados. É uma discussão necessária para organizar e ordenar essa ocupação.

Por isso existe a **Lei de Uso e Ocupação do Solo** de cada município, respondendo questões como: Que tipo de edificação pode ser construída nesse bairro? Preciso deixar espaço nas laterais? Quanto de área verde precisa ter em cada terreno?

Todas essas questões são pensadas no planejamento urbano, pois para além do que vai ser construído, afetam também a vida na cidade.

ZONA RESIDENCIAL 1

ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇO 2





ZONEAMENTO

Uma das ferramentas utilizadas para ajudar nessa organização é a divisão da cidade em zonas, pois é através disso que podemos evitar que usos incompatíveis, como residências e grandes fábricas industriais, fiquem próximas.

Podemos ter as mais diversas zonas com características e restrições próprias: zonas residenciais, comerciais e de serviço, industrial, de preservação. Elas regulam e orientam as construções e o crescimento da cidade.

USO MISTO

Apesar de definir regras, o zoneamento não limita o uso na zona residencial, por exemplo, para apenas residência, ele ordena quais outros usos podem existir em harmonia na área definida.

Com isso em mente, podemos falar do uso misto: em que esses usos compatíveis existem no mesmo espaço - como residência e comércio e serviços de menor porte.

Ao incentivar essa dinâmica, principalmente em áreas centrais da cidade, podemos aproximar as pessoas dos seus locais de trabalho e evitar o esvaziamento das ruas a noite.



A presença de moradias possibilita dar vida a bairros que são esvaziados e considerados perigosos após o fim do horário comercial.

DIA **NOITE**



Também aproxima a população de comércios e serviços sem a necessidade de grandes deslocamentos, tornando mais fácil locomover-se a pé.

MOBILIDADE

COMO NOS MOVEMOS PELA CIDADE?

Mobilidade urbana diz respeito ao deslocamento que fazemos dentro da cidade para as mais diversas finalidades. Ao planejar a cidade, é preciso levar em consideração as distâncias que precisam ser percorridas no dia a dia da população e atentar-se a maneiras de tornar esses percursos possíveis, mais rápidos, seguros e confortáveis.

A mobilidade urbana possui forte influência na qualidade de vida dos cidadãos. Quando nossas ruas e vias são construídas somente com o uso de carros em mente, os pedestres e ciclistas precisam utilizar calçadas, travessias e ciclovias inseguras, além de causar imenso trânsito e complicações para os próprios usuários de automóveis e para o transporte coletivo.

Calçadas apertadas que precisam ser disputadas entre pedestres, ciclistas e mobiliário urbano como postes e lixeiras.

espaço urbano
pensado para
carros

espaço urbano
pensado para
pessoas
e eficiência

Faixas exclusivas
para transporte
coletivo.

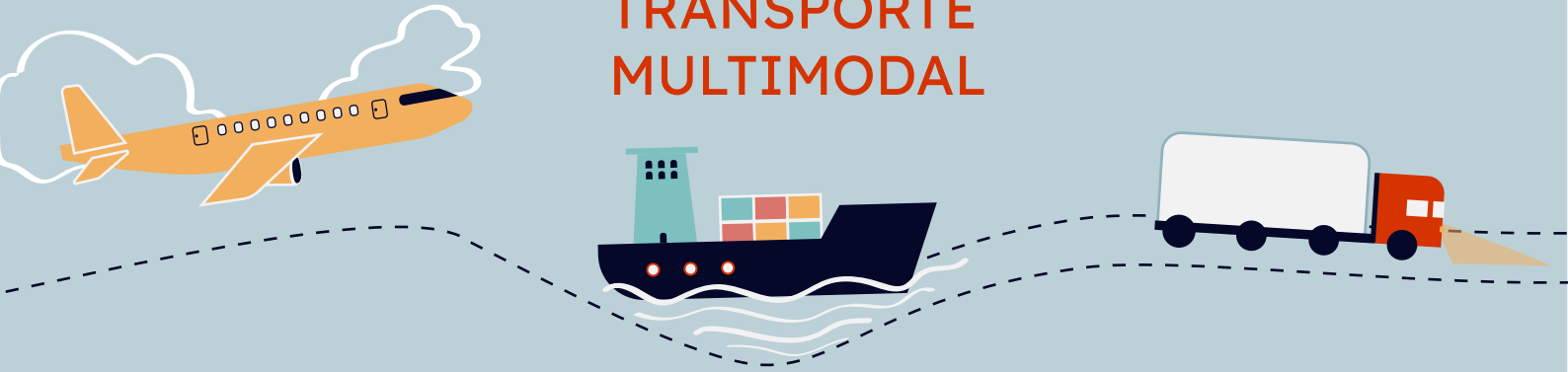
Calçadas e ciclo-
vias sombreadas,
acessíveis e seguras
para os pedestres e
ciclistas.

Vias largas que priorizam o automóvel e forçam ciclistas a utilizar-se de calçadas em busca de segurança. Além de ocasionar travessias longas

Pausas entre as travessias para encurtar a distância percorrida e garantir que o pedestre consiga cruzar as vias a tempo e em segurança, especialmente idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.

O carro também tem seu espaço! Mas dividido e equilibrado com os pedestres e outras formas de transporte.

TRANSPORTE MULTIMODAL



Quando falamos em transporte multimodal, estamos conversando sobre deslocamentos que acontecem através do uso de mais de um meio de transporte, que também são chamados de **modais de transporte**. Essa prática é muito utilizada no transporte de cargas, através de rotas de avião, navios cargueiros e caminhões. Mas no planejamento urbano,

mobilidade tem a ver com a **conexão entre bairros** para que a população se desloque por toda a cidade com facilidade. Por isso, multimodalidade também pode ser utilizada dentro da cidade ao facilitar o acesso a diferentes formas de se locomover, inclusive através de terminais de integração, em busca de praticidade, sustentabilidade e redução de custos.



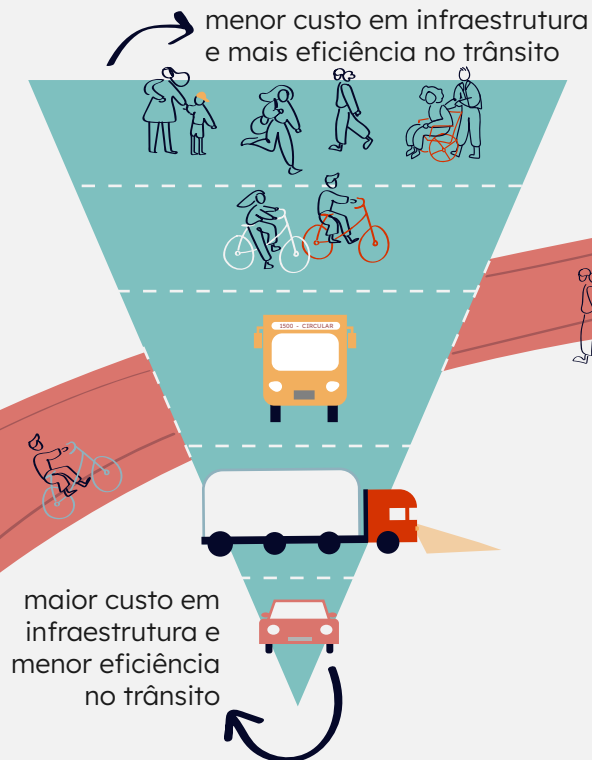
TRANSPORTE ATIVO

Transporte ativo é o que inclui formas ativas de locomoção, como bicicleta e andar a pé. Ao incentivar esse tipo de transporte para o dia a dia, busca-se

mais sustentabilidade e qualidade de vida para a população, já que são meios menos poluentes e incentivam uma vivência maior da cidade.



Pirâmide de Prioridade Modal



Você já ouviu falar em **tarifa zero**?

A tarifa zero ou passe livre é uma política pública que garante o livre acesso ao transporte público sem custos aos cidadãos. Em 2024, +60 cidades pequenas e médias brasileiras aderiram parcial e completamente a tarifa zero. Proporcionando a todos os seus cidadãos a chance de ir e vir igualmente.

CRESCIMENTO E INFRAESTRUTURA

OCUPAR A PARTIR DE INFRAESTRUTURA

Em geral, o crescimento da cidade tende a ser um processo natural com o passar do tempo. Por isso, uma das questões a serem pensadas no seu planejamento é: em que direção nossa cidade vai crescer? Para cima, para os lados?

Outro ponto importante para refletir é que nossas habitações precisam de suporte: esgoto, encanamento, energia elétrica, transporte. A medida que a cidade se expande, os investimentos públicos precisam acompanhar para disponibilizar esses serviços.



IMPORTANTE!

A Política Nacional de Habitação (2004) traz como uma de suas diretrizes:

“A garantia de que a provisão habitacional, especialmente para as faixas de menor renda, ocorra em áreas urbanizadas, localizadas no interior das porções consolidadas da cidade.”

Ou seja, as moradias ofertadas através de programas do governo devem ser construídas dentro da cidade, e não afastada dela em localidades mais isoladas de transporte e serviços.



A partir disso, podemos pensar em como ocupar a cidade em locais que já possuam essa infraestrutura. Dessa forma, aproveitamos o seu uso em um planejamento que evita mais gastos e diminuimos o impacto ambiental de um crescimento espalhado.

A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

ILHAS DE CALOR

Mas atenção! Podemos pensar nossa ocupação para criar cidades mais compactas, mas não devemos esquecer do impacto de nossas ações no meio ambiente, que trazem consequências inclusive para nós.

Existe um fenômeno conhecido como "**ilhas de calor**", onde surgem áreas com temperaturas muito mais altas em comparação a outras partes da cidade e da zona rural, devido a fatores como:

O uso em excesso de materiais escuros que absorvem o calor, como o asfalto.

Ruas estreitas com prédios altos que dificultam a circulação de vento.



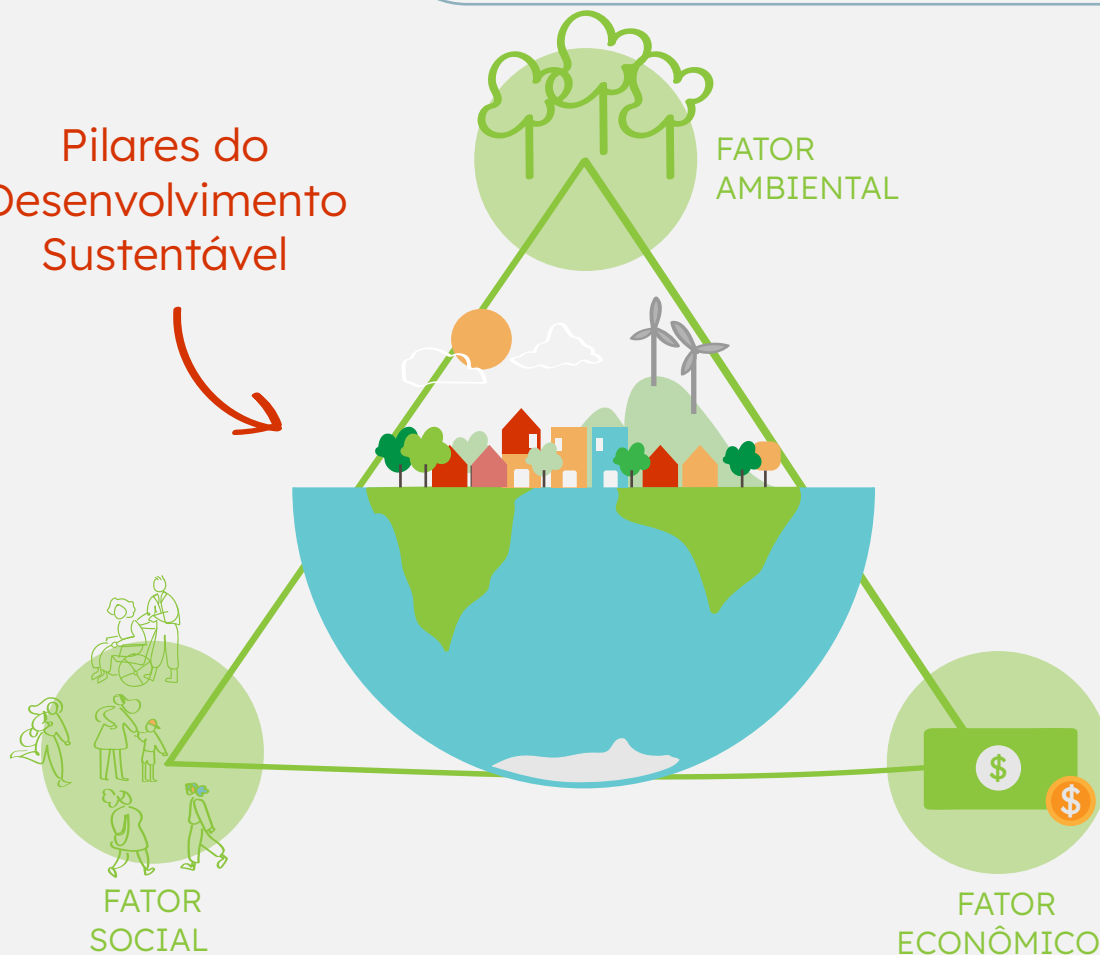
Poucas áreas verdes e permeáveis para absorver água, evitando que ela evapore e resfrie o ar.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Questões como as ilhas de calor trazem desconforto nocivo para nós e o desequilíbrio do meio natural.

É necessário pensarmos em um **desenvolvimento urbano sustentável**, que cuide de nós e de nossas cidades através de formas possíveis de manter a longo prazo. Isso só é possível se entendermos e respeitarmos o funcionamento da natureza ao nosso redor.

Pilares do
Desenvolvimento
Sustentável

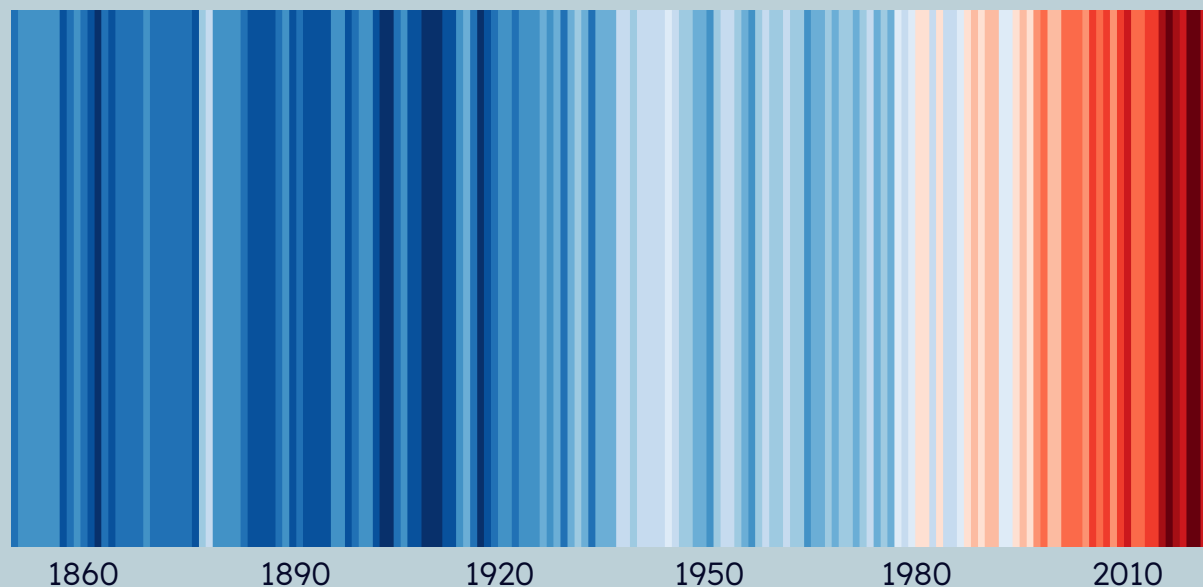


MUDANÇA CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA URBANA

O calor excessivo, as enchentes, falta de chuva e outros desastres classificados como “naturais” têm chamado atenção para um contexto de crise climática, em que as consequências do aquecimento global nos emitem um alerta.

Esses efeitos estão relacionados ao aumento da temperatura global, que afeta e agride ecossistemas e causa sérios riscos a nossa saúde, a exemplo de complicações respiratórias, desidratação e insolação.

Mudança de Temperatura Global (1850 - 2023)



FONTE:
BERKELEY
EARTH
(2024)



ANOS MAIS FRIOS



ANOS MAIS QUENTES

O QUE SÃO CIDADES RESILIENTES?

Diante dessas mudanças e suas consequências, precisamos pensar em como tornar nossas cidades resilientes, ou seja, preparadas para absorver e responder a futuras ocorrências desses impactos.

Para isso, precisamos entender que essas respostas extremas da natureza não são apenas processos naturais, mas envolvem também o resultado de como tratamos nossos recursos e territórios.

Soluções Baseadas na Natureza

Uma forma de buscar a sustentabilidade e resiliência em nossas cidades é através da infraestrutura verde e azul, que busca soluções para nossas demandas baseando-se na natureza e no seu funcionamento.



Infraestrutura verde é voltada para preservação, arborização, telhados verdes, parques, hortas comunitárias e similares.

Infraestrutura azul é voltada para “regiões urbanas alagadas, lagos e lagoas, rios urbanos, ecossistemas da costa, o sistema de drenagem urbano, entre outros”.



FONTE:
JOSÉ PUPPIM, VIA ARCHDAILY (2024)

O QUE TEM SIDO FEITO A RESPEITO?

É importante ressaltar que diante de cenários de eventos climáticos extremos, a parcela mais afetada da população é aquela que já sofre com outras vulnerabilidades, pois tem poucos recursos para se preparar e lidar com as consequências desses eventos.

Por isso, o planejamento urbano envolve questões que vão além de pensar em obras físicas. A Organização das Nações Unidas (ONU) firmou alguns tratados voltados a ações que combinadas buscam solucionar desigualdades e promover a sustentabilidade.

O **Marco de Sendai (2015)**, por exemplo, visa diminuir as perdas em caso de desastres através de quatro focos:

<1> Entender o risco de desastres.

<2> Fortalecer a governança para gerenciar os riscos de desastres.

<3> Investir em redução de riscos de desastres para alcançar a resiliência.

<4> Aprimorar as formas de responder a esses momentos para a reparação e reconstrução

FONTE:

Cidades resilientes e gestão de riscos de desastres
- IEA.USP

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS, são 17 objetivos estabelecidos pela ONU. Interligados entre si, se baseiam nos pilares já expostos: ambiental, social e econômico para um desenvolvimento sustentável global até 2030.

São eles:



FONTE:

O que é a Agenda 2030 das Nações Unidas e quais são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ComCiência

CULTURA E PATRIMÔNIO

Ao planejar a cidade, é preciso levar em consideração seus aspectos culturais e históricos, entender essas manifestações e atividades e em que contexto e espaço elas acontecem. Dessa forma, podemos passar adiante nossa história e incentivar a conservação de nossos costumes e festividades.

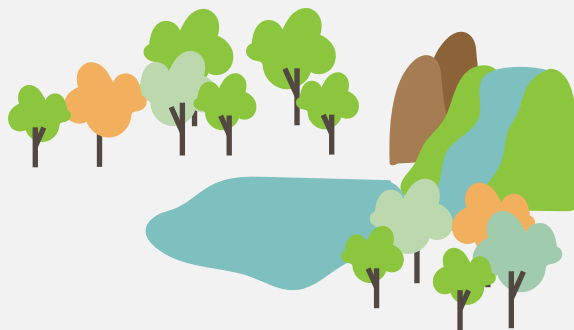
Patrimônio Histórico

São os bens materiais que possuem grande importância e contam nossa história, como os centros históricos, a exemplo de Ouro Preto, em Minas Gerais, e Olinda, em Pernambuco.



Patrimônio Natural

São paisagens e ecossistemas de beleza marcante e/ou com grande importância para a biodiversidade. Como os Lençóis Maranhenses e o Pantanal.



Patrimônio Cultural

São os bens materiais e imateriais que fazem referência à identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Material

Edifícios, documentos, obras de arte, artefatos, monumentos. Como o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.

Imaterial

São expressões e conhecimentos da nossa cultura. Como a roda de capoeira e o frevo.



LEGISLAÇÃO

Ao estabelecer que a participação popular é indispensável nos processos de planejamento, precisamos entender de que maneira a legislação assegura esse direito ao cidadão.

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) é a base para a construção do nosso processo de planejamento urbano, oferecendo uma série de ferramentas para que seja cumprida a função social da cidade, que prioriza o bem-estar social acima da propriedade privada.

Em suas diretrizes, encontra-se a da gestão democrática por meio da participação popular na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”, através de debates e audiências públicas, além de exigir transparência nesses processos.

Dois exemplos dessas práticas estariam no processo de construção e aplicação do **Plano Diretor** e a **Gestão Orçamentária Participativa**.

Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo é um processo em que os cidadãos se reúnem em assembléias para discutir e construir propostas para como é gasto parte do orçamento municipal para investimentos públicos, em áreas como saúde, infraestrutura e outros serviços.

Plano Diretor

O Plano Diretor, junto com as leis que o acompanham - como a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código Ambiental, é a lei que guia o planejamento, gestão e crescimento da cidade. Ele rege uma série de questões que abordamos no decorrer da cartilha.

Para saber mais sobre Plano Diretor, acesse:



Cartilha
Cidade
Democrática



ACESSO A CIDADE

Ter acesso a cidade não é só morar nela. Acesso a cidade é ter qualidade de vida e poder viver o espaço tanto quanto qualquer outra pessoa.

É ter moradia digna com acesso a água, esgoto e eletricidade, ter a possibilidade de ir ao parque público ou a praia nos finais de semana, as crianças poderem brincar na rua sem o risco de atropelamentos, poder ir e voltar do trabalho sem pagar caro em um transporte coletivo lotado.

Ter acesso a cidade é poder utilizar os recursos que ela tem a oferecer.



A falta de infraestrutura na moradia, no transporte, na praça, na rua, afetam a qualidade de vida de quem não pode pagar para tê-los. Mas a cidade é um bem coletivo e o direito de vivê-la bem é de todos.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY TEAM. Guia de infraestrutura verde e azul mostra como tornar as cidades sustentáveis. Archdaily, [S. l.], 4 mar. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/996491/guia-de-infraestrutura-verde-e-azul-mostra-como-tornar-as-cidades-sustentaveis>. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2001;

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. 66 p. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2024.

CARRANÇA, Thaís. Tarifa zero: as lições das 67 cidades do Brasil com ônibus de graça. In: BBC News Brasil. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy65e4qnjjpo>. Acesso em: 3 ago. 2024.

FERREIRA, Fabiana Lourenço e Silva et al. Cidades resilientes e gestão de riscos de desastres. USP Cidade Globais, [S. l.], 9 jan. 2024. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/artigos-digitais/cidades-resilientes-gestao-de-riscos-de-desastres>. Acesso em: 1 set. 2024.

GEHL, Jan. Cidades Para Pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ILHAS de calor: As ilhas de calor urbanas e sus efeitos adversos para seus habitantes. In: IBERDROLA. Iberdrola. [S. l.]. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/ilha-de-calor>. Acesso em: 2 out. 2024.

IPHAN. Bens Tombados. Portal IPHAN, [S. l.], p. 13, 23 nov. 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 1 out. 2024.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 532 p. ISBN 978-85-7827-421-4.

MANIFESTO: Por um Brasil sem catracas. In: TARIFA ZERO. Tarifa Zero: Embarque nessa ideia!. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://tarifazero.org.br/manifesto/>. Acesso em: 1 ago. 2024.

MANUAL de Calles: Diseño vial para ciudades mexicanas. In: ONU-HABITAT. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://onu-habitat.org/index.php/manual-de-calles-diseno-vial-para-ciudades-mexicanas>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MARTINO, Goivana. O que é resiliência urbana?. Archdaily, [S. l.], p. 13, 13 nov. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/991338/o-que-e-resiliencia-urbana>. Acesso em: 5 set. 2024.

PEIXOTO, Roberto. Caos Climático: gráficos mostram que efeitos do aquecimento global estão mais intensos em 2024. In: G1: Meio Ambiente. [S. l.], 30 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/05/30/caos-climatico-graficos-mostram-que-efeitos-do-aquecimento-global-estao-mais-intensos-em-2024-entenda.gh.html>. Acesso em: 1 set. 2024.

PILARES da Sustentabilidade. In: USP. LASSU - Laboratório de Sustentabilidade. LaSSu. [S. l.], 11 out. 2024. Disponível em: <https://www.lassu.usp.br/sustentabilidade/pilares-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 29 set. 2024.

TRANSPORTE Multimodal e Planejamento do Uso do Solo. In: IRAP. Road Safety Toolkit. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://toolkit.irap.org/pt/management/multimodal-transport-and-land-use-planning/>. Acesso em: 1 out. 2024.

YANOCHA, Dana; MACKENZIE, Allan. Como Maximizar a Micromobilidade: Oportunidades para integrar a micromobilidade ao transporte público. Rio de Janeiro: ITDP. Disponível em: <<https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2021/07/Como-Maximizar-a-Micromobilidad-e.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

